



CAISANS

CÂMARA INTERSECRETARIAL DE SEGURANÇA
ALIMENTAR NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL



— PLANO MUNICIPAL DE —
SEGURANÇA ALIMENTAR
NUTRICIONAL
E SUSTENTÁVEL
2026/2029



Prefeito Municipal
Sidney Jorge Rosa

Vice-Prefeito
Aldo Tartari

Secretário Municipal De Governo – SEMUG
Pierre de Sena Oliveira

Secretária Municipal de Planejamento e Desenvolvimento – SEPLAN
Débora Mariane de Assis Fernandes

Secretário Municipal de Administração e Finanças – SEMAFI
Dilmar Moraes dos Santos

Secretário Municipal De Agricultura, Indústria e Comércio - SEMAGRI
Rosemiro de Assis Ribeiro

Secretária Municipal de Assistência Social - SEMAS
Maria Rosilene dos Reis Oliveira

Secretário Municipal de Educação - SEMEC
Pablo Alves Gatinho

Secretário Municipal de Saúde - SEMS
Sérgio de Amorim Figueiredo

Secretária Municipal do Verde e Meio Ambiente - SEMMA
Dominique Silva Castanheira

Secretário Municipal de Infraestrutura - SEMINFRA
Fabiano Afonso Cordeiro Câmara

Secretário Municipal de Trânsito e Cidadania – SEMUTRAN
Éder Ribeiro da Silva

Secretário Municipal de Urbanismo – SEMUR
Joelson Almeida Ribeiro

Secretário de Cultura, Turismo, Desporto e Lazer – SECULT
Mário Tito Rodrigues de Castro

Secretário de Assuntos Jurídicos - SEJUR
Elder Reggiani Almeida



PLENO INTERSECRETARIAL DA CAISANS – TITULARES E SUPLENTES

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Titular: Rosemiro de Assis Ribeiro (Presidente)

Suplente : Adryano Silva Leite

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Titular : Josiane Ferreira Brito de Oliveira

Suplente: Galbani Possidônio Cardoso Carneiro

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular : Maria do Socorro Ferreira Gonçalves

Suplente: Bruna Rafaella Leal dos Santos

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Sara de Fátima G. da Silva

Suplente: Mariza Lima de Araújo

COORDENAÇÃO MUNICIPAL

Rosemiro de Assis Ribeiro

SECRETARIA EXECUTIVA DA CAISANS

Eldenira Barbosa Uchôa



REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL - 04

Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

Titular: Abimael Oliveira dos Santos (Vice-presidente)

Suplente: José Jacó Barroso

Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Galbani Possidônio Cardoso Carneiro

Suplente: Josiane Ferreira Brito de Oliveira

Secretaria Municipal de Educação

Titular: Maria do Socorro Ferreira Gonçalves

Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Mariza Lima de Araújo

Suplente: Sara de Fátima G. Da Silva

REPRESENTANTES DAS ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS – 07

Sindicato dos Produtores Rurais De Paragominas

Titular: Tomás Peres de Nally

Suplente: Maxiely Scaramussa Bergamin

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Agricultores e Agricultoras Familiares de Paragominas

Titular: Jacinto Farias da Cruz

Suplente: Laudeci Braga Santos

União das Comunidades Rurais de Paragominas

Titular: Maria Oenice de Oliveira Xavier

Suplente: Eucilene das Graças Oliveira Xavier

Cooperativa Dos Produtores Rurais De Paragominas

Titular: Fabiano Geraldo Andrade Rocha

Suplente: Thácila Rodrigues da Silva

**Obras Sociais Diocese De Bragança – Paróquia Sagrado Coração de
Jesus/Paróquia Santa Terezinha Do Menino Jesus - Paragominas**

Titular: Ana Maria dos Santos Nascimento

Suplente: Verônica de Oliveira Sousa

Aldeia Cajueiro – Tembê (Comunidade Tradicional/Indígena)

Titular: Naldo Carneiro Tembê

Agente Individual

Titular: Líbeni Marques de Araújo (Presidente)

Suplente: Mahya Martins Lemos da Motta

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 01** - Evolução do IDHM – Paragominas – PA – (1991-2010)
- Gráfico 02** - Escolarização de 06 a 14 anos (2010-2022)
- Gráfico 03** - Mortalidade Infantil (2006 – 2023)
- Gráfico 04** - Crescimento populacional (1970 – 2022)
- Gráfico 05** - Pirâmide Etária, distribuição por idade e sexo masculino e feminino – 2022
- Gráfico 06** - Distribuição da população por sexo e idade Paragominas (PA) – 2010
- Gráfico 07** - Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Paragominas (PA) – 2000
- Gráfico 08** – Diagnóstico das famílias em risco de IAN em Paragominas-PA – 2026
- Gráfico 09** - Evolução do PIB per capita de Paragominas-PA – 2010 a 2023.
- Gráfico 10** - Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do Cadastro Único de Paragominas-PA, 2025.
- Gráfico 11** - Resumo do Programa Bolsa Família de Paragominas-PA.
- Gráfico 12** - Percentual visitadas e checklists aplicados nas escolas de Paragominas, 2025.
- Gráfico 13** - Óbitos por motivo da saúde básica – ano 2019 a 2025.
- Gráfico 14** - Número de atendimentos individuais – Hipertensão Arterial.
- Gráfico 15** - Número de atendimentos individuais –Diabetes.
- Gráfico 16** - Número de atendimentos individuais para todas as patologias.
- Gráfico 17** - Estado nutricional por Altura x Idade (2025).
- Gráfico 18** - Estado nutricional por Peso x Idade (2025).
- Gráfico 19** - IMC por semana gestacional (2025).
- Gráfico 20** - Estado Nutricional de Idosos – IMC (2025).
- Gráfico 21** - Estado Nutricional em Adultos – IMC (2025)

LISTA DE QUADROS

- Quadro 01** - Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS
- Quadro 02** – Objetivos a serem alcançados pela SEMAGRI junto com órgãos parceiros
- Quadro 03** – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/Paragominas/2024
- Quadro 04** - Diretriz: Acesso a alimentação adequada, com foco nas famílias com

insegurança alimentar e nutricional.

Quadro 05 – Propostas sobre Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável de Paragominas do eixo Educação

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 - Mapa de localização – Paragominas-PA – Brasil

Figura 02 - Contexto Estadual do Agronegócio - Paragominas – PA – 2024/2023

Figura 03 - Distribuição das cestas verdes realizada pelos CRAS, Paragominas.

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Óbitos por causa básica de saúde (2019 a 2025)

Tabela 02 - atendimentos individuais realizados no ano de 2025 referentes a doenças crônicas não transmissíveis – Hipertensão.

Tabela 03 - atendimentos individuais realizados no ano de 2025 referentes a doenças crônicas não transmissíveis – Diabetes.

Tabela 04 - Total de atendimentos individuais na ESF registrados em 2025

Tabela 05 – Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescente (2025)

Tabela 06 - Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2025)

Tabela 07 - IMC por semana gestacional (2025)

Tabela 08 - Estado Nutricional dos idosos por Região (2025)

Tabela 09 - Estado Nutricional em Adultos - IMC (2025)

Tabela 10 - Relatório de marcadores de Consumo Alimentar (2025)

Tabela 11 - Relação das UESF do município e a quantidade de indivíduos que se encontram em Insegurança Alimentar com base na TRIA.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

CAISANS - Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável

CAF - Cadastro Nacional da Agricultura Familiar

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais

CIRAD - Centro de Cooperação Internacional em Pesquisa Agronômica para o Desenvolvimento

COMSEANS - Conselho Municipal de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CTC - Companhia Têxtil de Castanhal

DHAA - Direito Humano à Alimentação Adequada

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará

EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

EAN - Educação Alimentar e Nutricional

FAEPA - Federação da Agricultura e Pecuária do Pará

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar da Educação

FUNCAUCAU - Fundo de Desenvolvimento da Cacaicultura do Pará

IAN - Insegurança Alimentar e Nutricional

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA - Lei Orçamentária Anual

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

NOB/SUAS - Norma Operacional Básica do Sistema. Único de Assistência Social

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

PAA - Programa de Aquisição de Alimentos

PAEFI - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família

PBF - Programa Bolsa Família

SPSBD-GC - Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos

PESANS - Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Pará

PLAMSANS - Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNSAN - Política de Segurança Alimentar e Nutricional

POESANS - Política Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável

PPA - Plano Plurianual

SEDAP - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca

SANS - Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável

SCFV - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SEMAGRI - Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio

SEMAS - Secretaria Municipal de Assistência Social

SEMMA - Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente

SEMDES - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social

SEMEC - Secretaria Municipal de Educação

SEMS - Secretaria Municipal de Saúde

SEMUR - Secretaria Municipal de Urbanismo

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

SNVS - Sistema Nacional de Vigilância Sanitária

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TAC - Taxa de Atualização Cadastral

TRIA - Triagem de Risco de Insegurança Alimentar

TSEE - Tarifa Social de Energia Elétrica

Sumário

APRESENTAÇÃO	12
1 INTRODUÇÃO	12
2 NOTAS METODOLÓGICAS INSTRUMENTAL TÉCNICO/POLÍTICO	15
3 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, O SISTEMA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL	17
3.1 Caracterização do território e população de Paragominas-Pa	18
3.2 Índice de Desenvolvimento Humano	19
3.3 Dados da População	20
3.4 Aspectos Econômicos	24
4 O PLANO BRASIL SEM FOME	27
4.1 Objetivo Geral	29
4.1.1 Objetivos Específicos	29
5 DIRETRIZES DA POLÍTICA E DO PLANO NACIONAL DE SAN	30
6 DESAFIOS ESTRATÉGICOS 2026–2029 DIRETRIZES ESTADUAIS DO PARÁ	31
7 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO	33
7.1 Ações da Secretaria Municipal de Agricultura	35
7.1.1 Projeto Hortas Periurbanas	35
7.1.2 Programa de Assistência Técnica e Capacitação nas áreas animal e vegetal	37
7.1.3 Programa de doação de mudas	38
7.1.4 Programa de mecanização Agrícola	39
7.1.5 Programa de democratização do transporte da produção agrícola	39
7.1.6 Programa de incentivo à produção de cacau de Paragominas em Sistemas Agroflorestais	40
7.1.7 Programa de incentivo à produção de mandioca	41
7.1.8 Programa de incentivo à piscicultura	42
7.1.9 Programa de incentivo à Apicultura	43
7.1.10 Programa “Hoje Tem Feira”	44
7.1.11 Serviço de Inspeção Municipal	45
7.1.12 Serviço de Regularização Fundiária	45
8 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	50

8.1 Programas de Transferência de Renda Federal.....	52
8.1.1 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.....	52
8.1.2 Programa Bolsa Família.....	53
8.1.3 Programa Gás do Povo.....	54
8.1.4 Benefício de Prestação Continuada – BPC.....	55
8.1.5 Benefícios Eventuais.....	55
8.1.6 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	56
9 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.....	59
9.1 Objetivo Geral do Eixo Educação.....	61
9.2 Diretrizes do Eixo Educação.....	61
9.3 Articulação Intersetorial.....	64
9.4 Monitoramento e Avaliação.....	64
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.....	66
10.1 Triagem nutricional e segurança alimentar e nutricional.....	86
10.2 A atuação da Vigilância Sanitária na Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município de Paragominas – PA.....	90
10.3 Integração com o Serviço de Inspeção Municipal (SIM).....	91
10.4 Fortalecimento da Produção Local e Impacto na Merenda Escolar.....	91
10.5 Redução do Comércio Informal de Alimentos.....	92
10.5.1 Metas e Indicadores.....	92
10.5.2 Resultados Esperados.....	94
11 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMSANS 2026-2029.....	94
12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
REFERÊNCIAS.....	96
ANEXOS.....	101

APRESENTAÇÃO

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PLAMSANS de Paragominas para o período de 2026-2029, o qual traz as diretrizes com base na Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável, demonstrando as iniciativas implementadas pela administração municipal, para assegurar o acesso à alimentação adequada e produzida de forma sustentável, com base nas Políticas Nacional (PNSAN) e Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (POESANS/PA), com foco no combate à fome.

A construção do PLAMSANS é resultado da análise das ações municipais já realizadas, e de indicadores, além do tema Fortalecimento do SISAN em Paragominas: Segurança Alimentar como Direito, Saúde e Desenvolvimento Sustentável, debatido no I Fórum de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável realizado no dia 04 de março de 2026, neste município com acompanhamento do COMSEANS.

A garantia da Segurança Alimentar e Nutricional requer atuação conjunta e intersetorial, envolvendo Governo e Sociedade Civil na implementação de ações articuladas que assegurem o Direito Humano à Alimentação Adequada e a Soberania Alimentar. Estão em consonância com as políticas públicas vigentes, especialmente com o Plano Brasil Sem Fome. Esse compromisso encontra-se refletido nos instrumentos formais de planejamento e orçamento do município.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil as primeiras reflexões estruturadas sobre o tema da Segurança Alimentar e Nutricional e do Direito à Alimentação são atribuídas a Josué de Castro (1908–1973), cujas pesquisas, iniciadas na década de 1930, tiveram papel fundamental na construção de compromissos políticos, tanto no âmbito nacional quanto internacional, voltados ao combate à fome. Ele foi pesquisador e professor universitário, e dentre suas obras merecem destaque a *Geografia da Fome* (1946) e a *Geopolítica da Fome* (1951), essas obras tiveram ampla repercussão em todo o mundo e foram traduzidas, ao longo de diversas edições, para mais de vinte

idiomas. Foi uma figura, com trajetória importante, no cenário político sobre o problema da fome (IPEA, SEDH, MRE, 2002).

Na década de 1990, aproximadamente 32 milhões de brasileiros enfrentavam a fome. Entre as iniciativas que contribuíram para a redução da extrema pobreza e da insegurança alimentar, destaca-se a implementação de políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar (PPAF), desenvolvidas no Brasil ao longo dos últimos 30 anos (Leite, M.L.S., 2022; Leite, J.F, 2022).

Segundo o conceito da 1ª Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e consolidado posteriormente, a segurança alimentar é entendida como:

“A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.

Esse conceito foi reafirmado e ampliado em sua segunda consolidação em 1994, servindo de base para políticas públicas e, mais tarde, para a construção do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) no Brasil.

Em 2022, o II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia de Covid-19 no Brasil apontou que 33,1 milhões de pessoas não tinham garantido o que comer — indicando que 14 milhões de brasileiros a mais estraram em situação de fome, em comparação com 2020. Os estudos apontam que mais da metade (58,7%) da população brasileira convive com algum grau de insegurança alimentar, seja, leve, moderado ou grave (BRASIL, 2022).

De acordo com Aquino e Schneider (2021), a agricultura familiar tem função indispensável para o estabelecimento da segurança alimentar e para o fornecimento de alimentos no país, possuindo papel estratégico para enfrentar os desafios da agricultura referente ao desenvolvimento territorial sustentável, adaptação às mudanças climáticas e qualidade de vida para população.

Dada a relevância do tema, tornou-se necessária a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA, que surgiu em abril de 1993, cuja função de consulta, assessoria e de indicação de prioridades ao Presidente da República sendo exercida por uma parceria entre ministros de Estado e personalidades de destaque na sociedade brasileira, identificadas com vários setores da sociedade civil (IPEA, SEDH, MRE, 2002).

No dia 31 de agosto de 2023, foi instituído o Plano Brasil Sem Fome, definindo

um sistema coordenado implementado entre 24 ministérios integrados na Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Organizado em três eixos, são eles: 1 - Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania; 2 - Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo; 3 - Mobilização para o combate à Fome. Essas ações são articuladas pelo SISAN, e o plano tem como principal meta tirar o Brasil do mapa da fome até 2030 (BRASIL, 2025).

Segundo Brasil (2025), após dois anos de implementação do Plano Brasil Sem Fome, o país conseguiu sair do Mapa da Fome da ONU. Porém, é importante ressaltar que a redução dos índices não significa que o problema acabou e que devemos identificar e atender aqueles que ainda necessitam de ajuda.

A CAISAN/PA tem por finalidade e competências legais, a elaboração do IV PESANS 2024/2027, e com a participação do CONSEANS/PA, dando prosseguimento aos Planos anteriores, buscando garantir a Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em que todas as pessoas que estejam em território paraense, tenham direito a alimentação saudável, acessível, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente, tendo como base práticas promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

Diante do exposto, através da Lei Municipal nº 1.196/2025, foi instituída a política municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município de Paragominas-Pa, estabelecendo os componentes municipais que integram o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN, criado pela Lei Federal 11.346 de 15 de setembro de 2006, bem como fixa as diretrizes para o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

A Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Paragominas (CAISANS), instituída pela Lei Municipal nº 1.196/2025 e regulamentada pelo Decreto Municipal nº 486/2025 que dispõe sobre a nomeação de seus membros, tem por finalidade promover a articulação e a integração dos órgãos e entidades da administração pública municipal com afinidades à área de segurança alimentar e nutricional sustentável, competindo-lhe:

Art. 6º - A Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) orienta-se pelos seguintes princípios:

I – a universalidade e a equidade no acesso à alimentação adequada e saudável;

- II – a sustentabilidade da produção, distribuição e consumo de alimentos;
- III – a participação social no planejamento, execução e monitoramento das ações;
- IV – a articulação intersetorial das políticas públicas para promoção da SAN;
- V – a valorização da agricultura familiar e dos sistemas agroecológicos de produção.

Dessa forma, o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Paragominas 2026/2029 configura-se como um importante instrumento para gestão pública, visando o interesse público. Sua implementação possibilitará a prevenção e o combate à fome em todos os seus níveis, além de promover o fortalecimento da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no âmbito do município, respeitando as especificidades locais e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população.

2 NOTAS METODOLÓGICAS INSTRUMENTAL TÉCNICO/POLÍTICO

O Referido Instrumental Técnico/Político tem como objetivo primordial, contribuir para a Elaboração do PLANO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL – PLAMSANS 2026/2029, Paragominas - Pa, que é o espaço de concretude do planejamento, da gestão e execução do Sistema Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável –SISANS, através de programas, projetos, ações e atividades para a garantia do Direito Humano a Alimentação Adequada – DHAA.

No processo de elaboração e preenchimento do instrumental e das demais etapas de construção do PESANS, é fundamental a participação da **AREÁ DE PLANEJAMENTO de cada órgão** porque detém as informações, os dados, os relatórios anuais de gestão e o conhecimento sobre as ações dos órgãos e que contribuirá na identificação, seleção e no preenchimento do referido instrumental/PESANS-PA.

Os **Relatórios de Gestão** de cada órgão (ano/plurianual) é uma fonte imprescindível para compor as informações sobre a contextualização sócio econômica no município.

Relembrando que o próximo **PLAMSANS 2029/2031** precisar ser o aprimoramento do anterior **(2026/2029)**, fortalecendo o processo de evolução das

diretrizes, objetivos, estratégias, ações/atividades e dos desafios inerentes ao clima amazônico, que se manifesta por meio de um clima quente e úmido, com períodos chuvosos bem definidos e elevada variabilidade hídrica, o que impacta diretamente a produção de alimentos, a segurança alimentar e nutricional sustentável e as condições de vida da população.

Além disso, as alterações, como o desmatamento e as mudanças climáticas, podem provocar desequilíbrios no regime de chuvas, aumento de eventos extremos (secas ou enchentes) e prejuízos à sustentabilidade ambiental e alimentar.

À vista disso, este instrumento inaugura uma nova fase na gestão da Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no município, pautada na intersetorialidade, no controle social e na implementação de políticas públicas baseadas em evidências, com objetivo de promover a segurança alimentar e nutricional sustentável e à melhoria das condições de vida da população.

Desafio 1 - promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional. (Exemplo)

Quadro 01 - Objetivos do desenvolvimento sustentável – ODS

PROGRAMA TEMÁTICO/REGIÃO DE INTEGRAÇÃO	OBJETIVOS ESTRATEGICOS/AÇÕES	OBJETIVOS PERMANENTES SANS	DEMANDAS CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SANS	ÓRGÃO EXECUTOR/PARCEIRO(S)	ORÇAMENTO	INDICADOR DE PROCESSO E INDICADOR DE RESULTADO.
O PPA 2026/2029 traz programas temáticos que serão os mesmos do PLAMSANS e que devem	As ações estão facilmente identificadas e devem garantir o atendimento às demandas da CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SANS/PAR integrando-as aos objetivos listados	São 4 (quatro) os objetivos permanentes do SANS e que estão	As ações do PESANS obrigatoriamente atendem as demandas oriundas da CONFERÊNCIA ESTADUAL DE SANS.	Muitas ações tem um único órgão executor e em outras existem parcerias	Identificar a fonte e o valor orçamentário por ação. não podendo quantificar o valor orçado	Verificar se nas ações que serão executadas pelos órgãos, estão identificados os

atender aos 09 (nove) desafios.	no item 6 (quatro) das orientações GERAIS , dos desafios presentes no PESANS (09) e dos ODS.	listado s no item 6 das orientações gerais.			por ação, utilizar então o valor total do conjunto das ações.	respectiv os indicadores es acima.
---------------------------------	---	---	--	--	---	------------------------------------

3 CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS, O SISTEMA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR NUTRICIONAL E SUSTENTÁVEL

Paragominas foi fundada em 23 de janeiro de 1965, diferente de outros municípios do Pará foi planejado por seu fundador, Célio Rezende de Miranda, que sobrevoando sobre as áreas paraenses viu entre os rios Gurupi e Capim o local perfeito para realização do seu sonho, que era erguer uma cidade em plena Amazônia, com foco na agropecuária e, posteriormente, modelo de sustentabilidade.

Após a concessão do presidente Juscelino Kubitschek em apoio a Célio Miranda, deu-lhe um documento que quando entregue ao governo paraense, solicitava que fosse cedida a gleba de terra por ele escolhida, com isso também foi apresentado com uma planta elaborada pelo urbanista Lúcio Costa, a qual havia concorrido, junto a outras, para o projeto de construção de Brasília, classificando-se em 4º lugar. Célio Miranda conseguiu a doação por intermediação do geólogo Jofre Mozart Parada. O formato da planta original era tri-hexagonal, porém sofreu algumas modificações.

O nome da cidade foi inspirado pelo seu idealizador pensando no fato de estar localizada em terras paraenses, os seus pioneiros eram goianos e ele nascido em Minas Gerais, assim como os investidores que haviam adquirido as Glebas de terras, o nome mais adequado seria Paragominas:

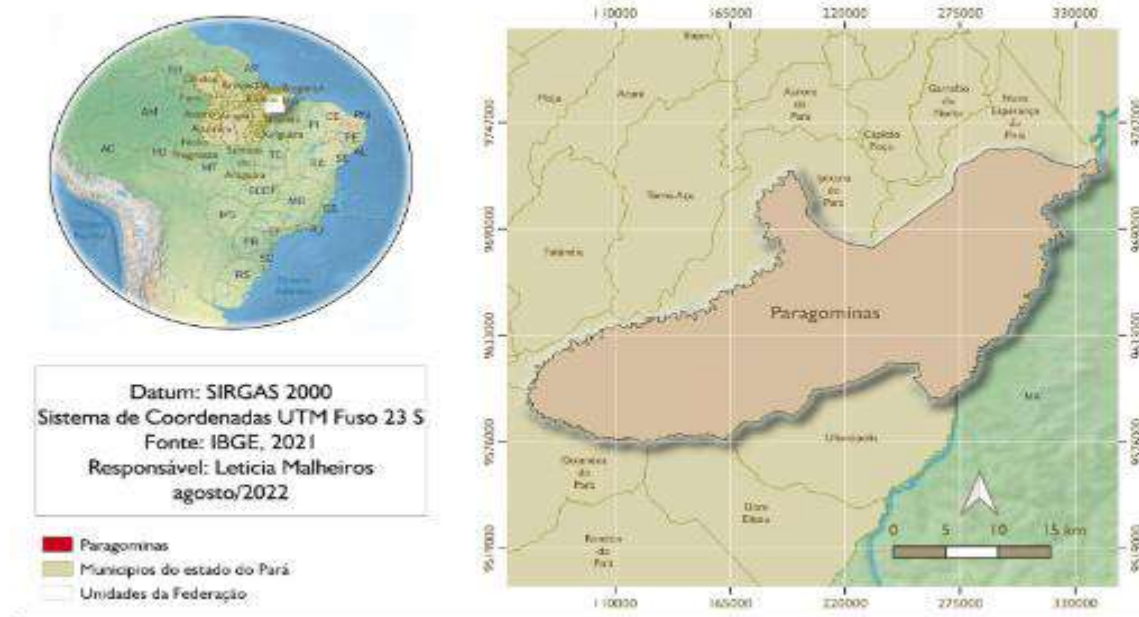
- Pará: Estado onde seria fundada a cidade;
- Go: (Goiás) em homenagem aos componentes da caravana que colonizou a cidade;
- Minas: (Minas Gerais) Estado de origem do idealizador da cidade, Célio Miranda, prestando uma homenagem aos requerentes das 200 Glebas de terras,

investidores que em sua maioria eram mineiros.

Paragominas vem se destacando como uma das cidades da região norte do país com grande potencial no setor agrícola, pecuário, e extração mineral, tornando-se exemplo nacional de desenvolvimento econômico aliado à sustentabilidade e inovação tecnológica. Apesar disso, o município vive um cenário de contrastes que reflete tanto avanços quanto desafios sociais.

O município está situado no Nordeste Paraense, faz parte da Mesorregião Sudeste Paraense e microrregião de Paragominas, entre as coordenadas de 2° 25' e 4° 09'S e 46° 25' e 48° 54'W Gr, altitude de 90 metros acima do nível do mar, a cerca de 300 km da capital, Belém, com acesso principal pela Rodovia BR-010 (Belém-Brasília), e se limita com o Maranhão, a leste, e com cinco municípios paraenses: Ipixuna do Pará e Nova Esperança do Piriá, ao norte; Ulianópolis, Goianésia do Pará e Dom Eliseu, ao sul; e Ipixuna do Pará, a oeste.

Figura 01 - Mapa de localização – Paragominas-PA – Brasil



Fonte: IBGE, 2021.

3.1 Caracterização do território e população de Paragominas-Pa

Prefeito: Sidney Jorge Rosa

Gentílico: Paragominense

Mesorregião: Sudeste Paraense

Faixa do IDHM: Médio (IDHM entre 0,600 - 0,699)

IDHM 2010: 0,645

Área (2025): 19.342,565 km²

População no último censo (2022): 105.550 pessoas

População estimada (2025): 113.498 pessoas

Densidade demográfica: 5,46 hab/km²

Mortalidade infantil: 13,86 óbitos por mil nascidos vivos (2023)

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano

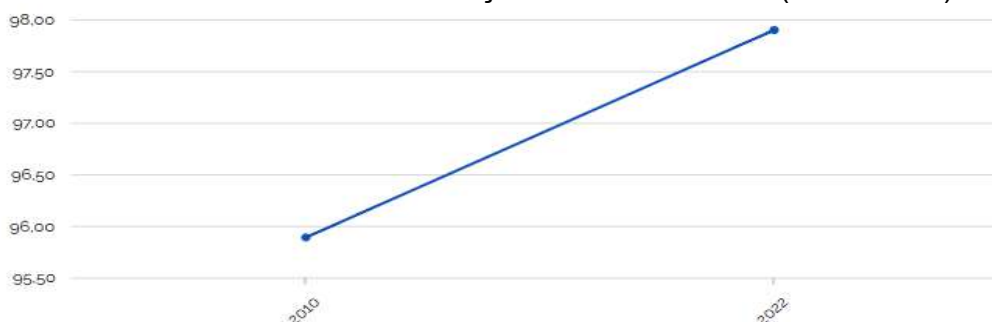
No que tange o Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM), o município apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,645 (base 2010), classificado como médio, como apresentado no Gráfico 01. A dimensão que mais tem contribuído com o IDHM do município foi a Educação, com índice de 97,91%, apresentando crescimento na área de escolarização de 06 a 14 anos (Gráfico 02).

Gráfico 01 - Evolução do IDHM – Paragominas – PA – (1991-2010)



Fonte: IBGE (2022).

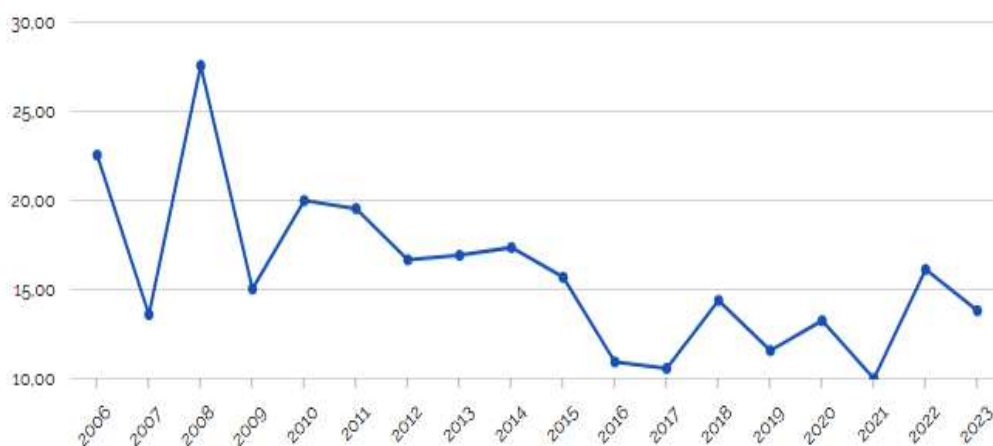
Gráfico 02 - Escolarização de 06 a 14 anos (2010-2022)



Fonte: IBGE (2022).

Outro indicador importante é a taxa de mortalidade infantil que apresenta 13,86 óbitos por mil nascidos vivos, em 2023, sugerem a necessidade contínua de investimentos em saúde pública, especialmente na atenção materno-infantil e nos cuidados preventivos. Mesmo com esse índice o Gráfico 03 demonstra que houve um avanço na diminuição da taxa de mortalidade infantil, apesar de ainda ser muito elevado, sugere que as mudanças socioeconômicas são positivas, mas que precisam ser trabalhadas as principais causas. As melhorias envolvem desde o pré-natal até o nascimento, acompanhamento do desenvolvimento infantil, renda familiar, saneamento básico e nutrição.

Gráfico 03 – Mortalidade Infantil (2006 – 2023)



Fonte: IBGE (2025).

3.3 Dados da População

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2022), a população paragominense era de 105.550 habitantes e a densidade demográfica era de 5,46 habitantes por quilômetro quadrado, com população estimada de 113.498 pessoas, em 2025. Distribuída em 52.461 do sexo masculino (49,7%) e 53.089 do sexo feminino (50,3%). Esses dados evidenciam uma alteração no cenário de predominância que era masculina, observados nos censos de 2000 e 2010.

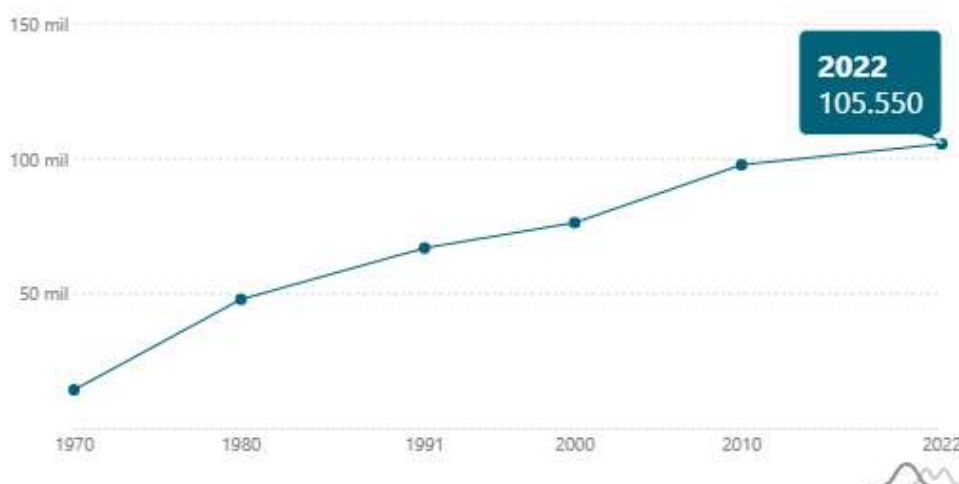
A população indígena tem um total de 1.422, sendo 1.328 de cor ou etnia indígena e 94 se consideram indígena. Quanto a situação de domicílio, a pesquisa aponta que a maioria é urbana, apresentando 96.150 domicílios (91,09%), enquanto

os domicílios rurais apresentam apenas 9.400 (8,91%) (IBGE, 2022).

A taxa de crescimento populacional foi de 7,9% entre o Censo Demográfico de 2010 – 2022, refletindo um processo de transição demográfica, onde o ritmo de crescimento desacelera. Isso indica que a população está crescendo a um ritmo mais lento e controlado do que em décadas anteriores, que tiveram aumentos significativos, a exemplo da década de 1970 a 1980. O controle de crescimento desordenado ajuda a mitigar problemas associados à explosão populacional, como a sobrecarga de serviços públicos e a urbanização acelerada sem infraestrutura.

Dessa forma, a taxa de 7,9% (ou valores próximos) indica uma mudança no perfil demográfico, permitindo que o planejamento público acompanhe o aumento populacional, diferente do crescimento acelerado (Gráfico 04).

Gráfico 04 – Crescimento populacional (1970 – 2022)



Fonte: IBGE (2022).

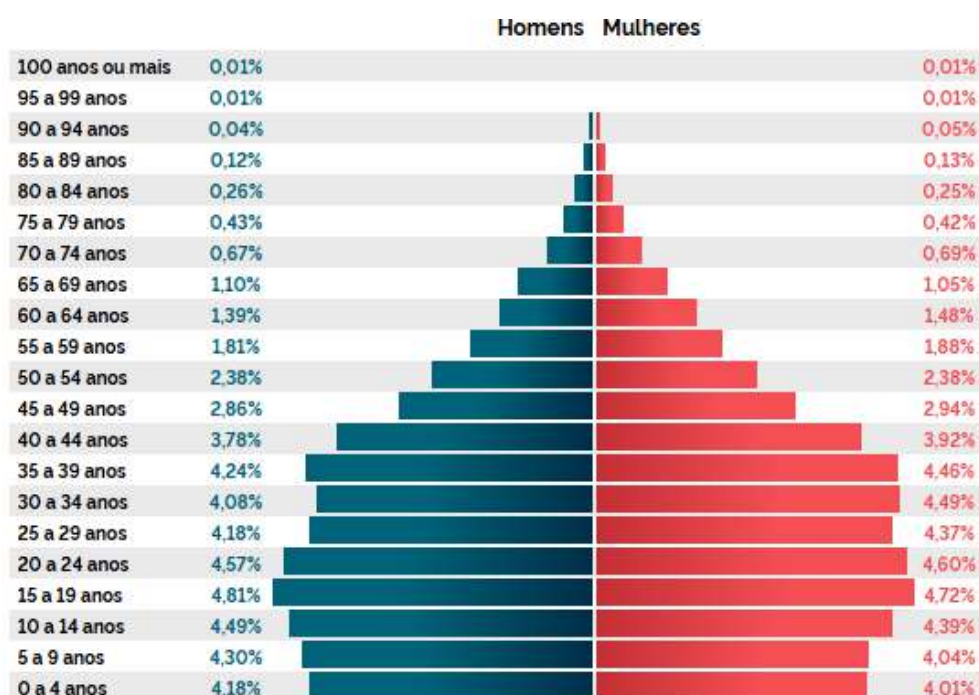
O município combina forças econômicas regionais com desafios sociais e de desenvolvimento humano, exigindo um esforço contínuo de políticas públicas integradas e intersetoriais que promovam a inclusão social, a melhoria das condições de vida, o acesso a serviços essenciais e a efetiva redução das desigualdades e assim garantir a qualidade de vida de toda sua população.

Ademais, vale destacar a forte presença de jovens na população, refletindo a tendência de crescimento populacional e o perfil demográfico em expansão, apesar do envelhecimento ser uma propensão nacional, o município ainda se caracteriza por ter uma das menores proporções de idosos do Brasil, mesmo que a expectativa de

vida tenha aumentado, o que reflete em melhorias nas condições de saúde, com destaque para a redução da mortalidade infantil, e a educação e por ser um polo agropecuário e de serviços, acaba despertando o interesse de mão de obra jovem e migrantes.

O Gráfico 05 demonstra a dinâmica da população paragominense e a diferença entre a população mais jovem e a população a partir de 50 anos.

Gráfico 05 – Pirâmide Etária, distribuição por idade e sexo masculino e feminino – 2022.



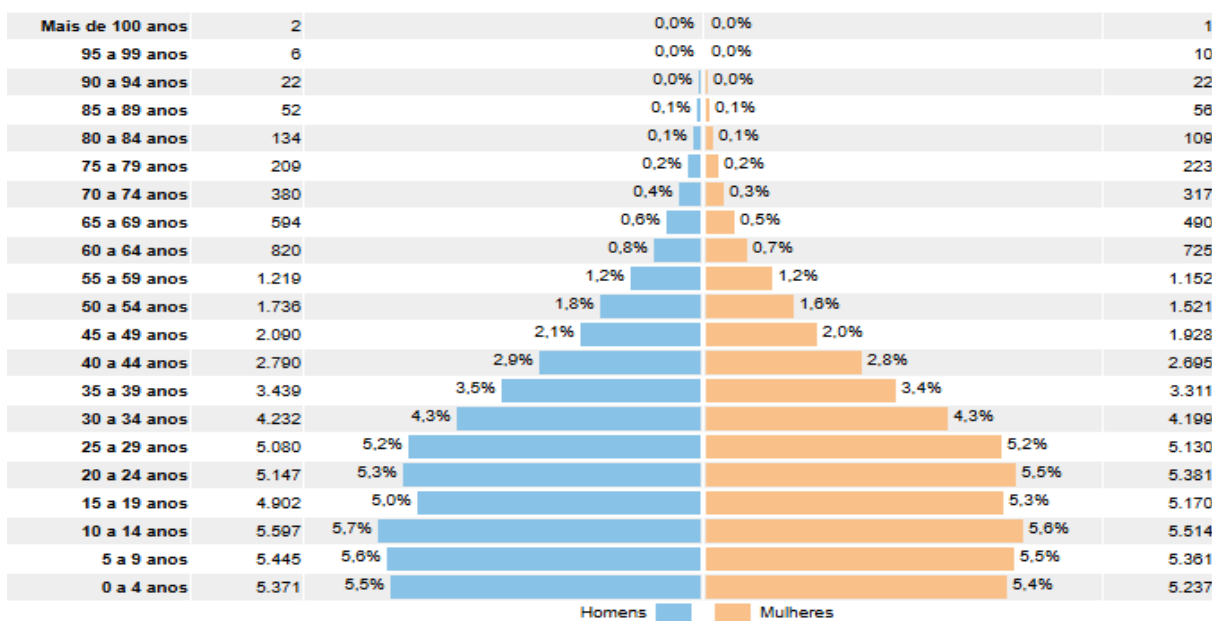
Fonte: IBGE, (2022).

A pirâmide etária de 2022 apresentada no gráfico acima, destaca a estrutura demográfica do município. Identifica-se que a faixa etária de 0 – 29 anos é formada por uma população jovem. A faixa etária de 20 – 39 anos é predominante a presença de adultos. No topo percebe-se que a população idosa é menor, mas já está crescendo, e isso reflete como sinal de aumento da expectativa de vida.

Os dados demográficos do Gráfico 05, tem a base menor, apresentando que a taxa de natalidade vem diminuindo, onde a faixa etária de 0 a 4 anos é de 4,18% para homens e 4,01% para mulheres, comparando com os censos anteriores, indicados pelos Gráficos 06 e 07, que essa mesma faixa etária apresenta 7,1 e 7,01%, e 5,5 e 5,4% para homens e mulheres, nos censos de 2010 e 2000,

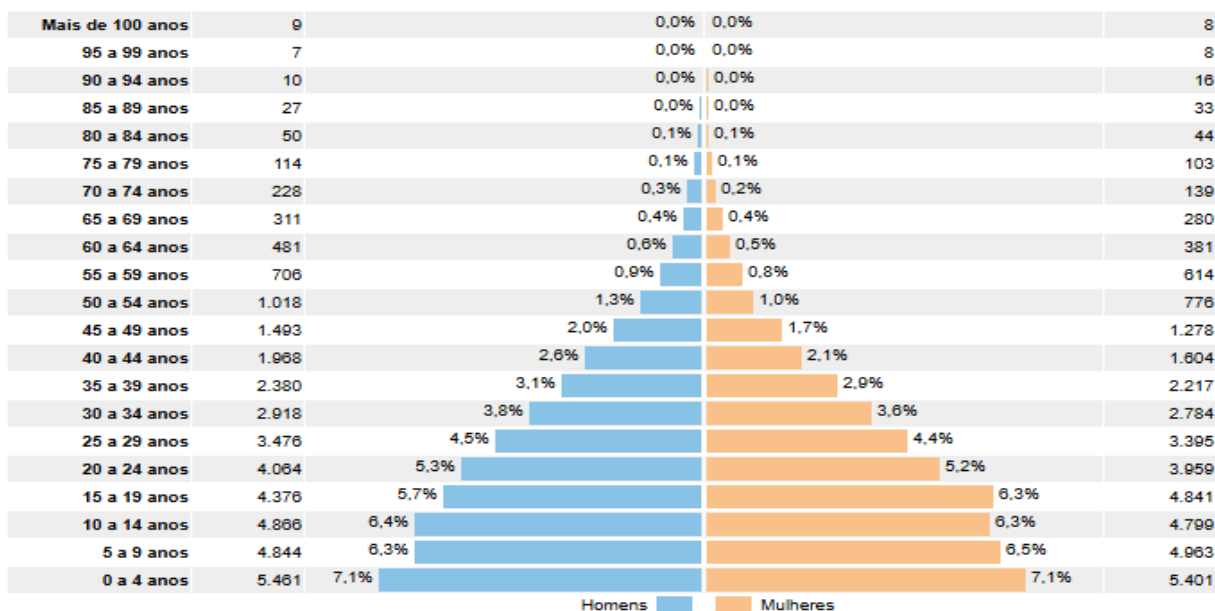
respectivamente.

Gráfico 06 – Distribuição da população por sexo e idade Paragominas (PA) – 2010



Fonte: IBGE (2010).

Gráfico 07 – Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade Paragominas (PA) – 2000



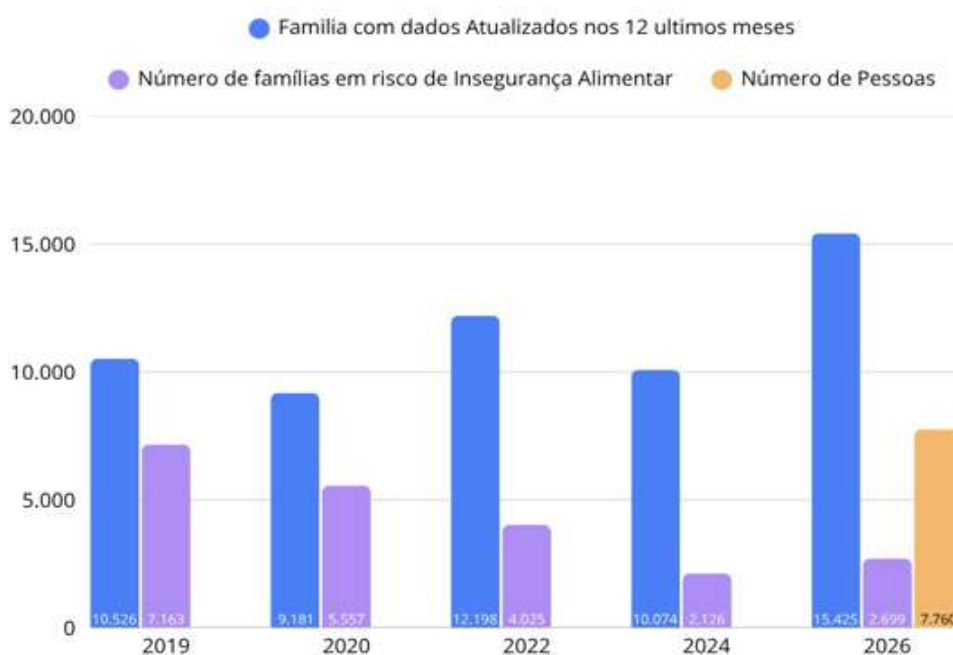
Fonte: IBGE (2010).

Os gráficos apresentados demonstram a dinâmica de mudanças que vem acontecendo ao longo dos anos, revelando a importância desse instrumento que

exibe todas as alterações que ocorrem no perfil da população.

Atualmente, em Paragominas, os registros do Cadastro Único em junho de 2026 revelam que milhares de famílias de baixa renda sobrevivem em condições de alta vulnerabilidade social. Com indicadores como o CadInsan apontando riscos significativos de insegurança alimentar grave na região, essa população enfrenta a incerteza diária quanto à qualidade e quantidade dos alimentos. Essa escassez estrutural é frequentemente agravada na zona rural e nos bairros mais periféricos, limitando o acesso ao Direito Humano à Alimentação Adequada. Segundo a Secretaria de Assistência Social – SEMAS (2026), o número de famílias com dados atualizados é de 15.425, o número de famílias em risco de insegurança alimentar é de 2.699, e o número de pessoas é de 7.760, conforme apresenta o Gráfico 08.

Gráfico 08 – Diagnóstico das famílias em risco de IAN em Paragominas-PA – 2026



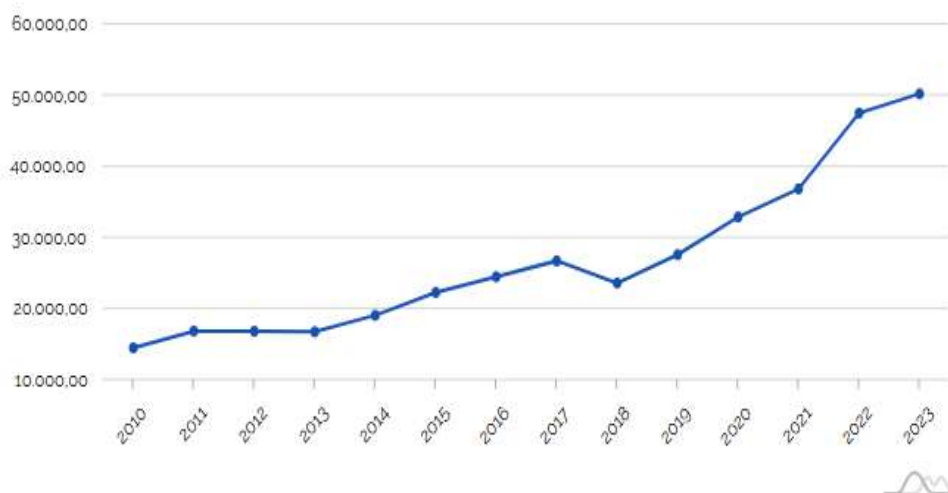
Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2026.

3.4 Aspectos Econômicos

Do ponto de vista econômico, Paragominas possui um perfil diversificado e relativamente dinâmico. Em 2023, o PIB per capita era de R\$ 50.294,69. Na comparação com outros municípios do estado, ocupava a 13ª posição entre os 144 municípios do estado, valor superior à média estadual do Pará, o que sinaliza uma

economia com maior desempenho econômico relativo dentro do contexto regional, apoiada por diferentes setores. O gráfico 09, apresenta o PIB de Paragominas.

Gráfico 09 - Evolução do PIB per capita de Paragominas-PA – 2010 a 2023.



Fonte: IBGE (2025).

O Município reúne grande parte das atividades econômicas realizadas na região amazônica, tem um grande potencial no setor agrícola e pecuário, atuando com pecuária bovina, piscicultura, manejo florestal, reflorestamento, cultivo de soja e outros grãos, além da extração de bauxita.

Consolidou-se como um dos principais polos e o maior produtor de grãos do estado do Pará, destacando-se fortemente na produção de soja, com mais de 600 mil toneladas e cerca de 24% da produção estadual. O município também é reconhecido como o mais rico do estado no agronegócio (PARÁ, 2024).

No contexto econômico do Pará, Paragominas investe fortemente na pecuária, ocupando o 18º lugar entre os maiores rebanhos do estado, contabilizando 404.653 animais (PARÁ, 2024).

Em relação a produção de piscicultura, Paragominas destaca-se dentre os municípios de produção mais expressiva do estado, como o maior produtor. Dados de 2022, demonstra que a aquicultura de Paragominas produziu 3,1 mil toneladas, o equivalente a 22,4% da produção estadual (FAPESPA, 2023).

Ainda sobre a estrutura dos aspectos socioeconômicos do município, a agricultura familiar é fundamental e atua como base na segurança alimentar, geração de renda e diversificação produtiva rural. Apesar do agronegócio da soja ser o carro-

chefe da região, a agricultura familiar é indispensável para a produção de alimentos básicos, a manutenção das tradições e a fixação do homem no campo.

A agricultura familiar continua sendo [...]referência pela maior parte da produção de alimentos in natura no mundo, colaborando para o setor alimentício, o que pode garantir a segurança alimentar de considerável parte da população, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade (Chacon, 2021).

De acordo com IBGE (2023), o salário médio mensal dos trabalhadores formais (2023) é de 2,5 salários mínimos, as pessoas que tem trabalho formal (2023) é de 26.335 e o percentual da população com rendimento nominal mensal per capita de até 1/2 salário mínimo (2010) é de 41,3%.

Apesar do desempenho econômico positivo em termos de PIB, essa riqueza não está uniformemente distribuída, refletindo desigualdades sociais e desafios na promoção do bem-estar coletivo. A presença de indicadores de desenvolvimento humano médio e a necessidade de políticas públicas efetivas revelam uma realidade em que parte da população ainda enfrenta dificuldades de acesso a serviços essenciais e oportunidades econômicas.

Além disso, Paragominas enfrenta desafios econômicos relacionados à diversificação produtiva e à geração de empregos formais em setores de alto valor agregado. A dependência de setores primários e de processamento industrial, por vezes com pouca incorporação tecnológica ou geração de renda ampla, significa que parte da população permanece em atividade econômica de baixa produtividade ou informalidade, o que limita a capacidade de superação da vulnerabilidade socioeconômica.

O município combina forças econômicas regionais com desafios sociais e de desenvolvimento humano, exigindo um esforço contínuo de políticas públicas integradas e intersetoriais que promovam a inclusão social, a melhoria das condições de vida, o acesso a serviços essenciais e a efetiva redução das desigualdades dentro do município.

Contudo, o PLAMSANS de Paragominas estrutura-se a partir de diagnósticos territoriais, identificação de vulnerabilidades, diretrizes nacionais e estaduais, e direções estratégicas orientadas pelo Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável. O documento propõe metas, ações e indicadores que visam não apenas ampliar o acesso à alimentação adequada, mas também fortalecer

sistemas sustentáveis de produção, abastecimento, comercialização e educação alimentar e nutricional.

Este plano é, portanto, uma resposta institucional aos desafios do presente, mas também uma construção orientada para o futuro. Reflete o compromisso do município com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente os que tratam da erradicação da pobreza (ODS 1), fome zero e agricultura sustentável (ODS 2), saúde e bem-estar (ODS 3) e redução das desigualdades (ODS 10).

A elaboração deste plano contou com o envolvimento ativo das Secretarias Municipais de Agricultura, Educação, Saúde, Assistência Social, bem como do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEANS) e da Câmara Intersetorial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN Municipal). Essa articulação garantiu uma abordagem integrada, capaz de reconhecer a complexidade da SAN e propor ações conectadas às realidades locais.

4 O PLANO BRASIL SEM FOME

O Programa Brasil Sem Fome tem como finalidade central garantir o direito humano à alimentação adequada - DHAA, atuando de forma estruturada no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no país. A iniciativa busca não apenas assegurar o acesso imediato aos alimentos, mas também promover condições sustentáveis para que as famílias possam produzir, adquirir e consumir alimentos de forma digna, saudável e contínua.

No contexto da insegurança alimentar, o programa se destaca por integrar políticas públicas voltadas à geração de renda, inclusão social e fortalecimento dos sistemas de produção e abastecimento alimentar. Dessa forma, atua diretamente nas causas estruturais da fome, como a pobreza, a desigualdade social e a dificuldade de acesso a serviços básicos. Além disso, promove o mapeamento das famílias em situação de vulnerabilidade, permitindo ações mais assertivas e eficazes por parte do poder público.

A adesão ao Programa Brasil Sem Fome por parte do município de Paragominas representa um passo estratégico e necessário para o enfrentamento dessas desigualdades. Ao firmar o termo de aceite, o município passa a integrar uma rede articulada de ações intersetoriais, ampliando o acesso a recursos,

programas e apoio técnico do Governo Federal. Isso possibilita o fortalecimento das políticas locais de segurança alimentar, bem como a implementação de ações mais coordenadas entre as diversas áreas da gestão pública.

Diante da relevância do tema apresentado o prefeito do município de Paragominas senhor Sidney Jorge Rosa firmou o Termo de Aceite para a Implementação do Protocolo Brasil Sem Fome.

O Plano Brasil Sem Fome foi lançado em 31 de agosto de 2023 pelo Governo Federal, sob a responsabilidade dos 24 ministérios que integram a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). A iniciativa surge diante do cenário encontrado no país, marcado pela ausência de avanços nos anos anteriores, o que resultou no retorno do Brasil ao Mapa da Fome.

O plano é composto por 80 ações e programas, com mais de 100 metas propostas, organizadas em três eixos principais:

Eixos:

1. Acesso à renda, redução da pobreza e promoção da cidadania;
2. Alimentação adequada e saudável, da produção ao consumo;
3. Mobilização para o combate à fome.

Metas:

- Retirar o Brasil do Mapa da Fome até 2030;
- Reduzir, de forma contínua, as taxas de pobreza;
- Diminuir a insegurança alimentar e nutricional, com foco especial na insegurança alimentar grave.

Estratégias principais:

- Ampliação da renda disponível das famílias para aquisição de alimentos;
- Mapeamento e identificação de pessoas em situação de insegurança alimentar, visando sua inclusão em políticas de proteção social e acesso à alimentação;

- Mobilização dos governos, dos poderes públicos e da sociedade civil para integrar esforços no combate à fome.

4.1. Objetivo Geral

Assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e saudável para toda a população do município de Paragominas, com ênfase nas populações em situação de vulnerabilidade social, por meio da implementação de políticas públicas integradas, participativas de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentáveis

4.1.1. Objetivos Específicos

Ampliar o acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável para famílias em situação de vulnerabilidade social e insegurança alimentar, com foco nos territórios urbano e rural.

Estruturar e fortalecer sistemas locais de produção, abastecimento, comercialização e distribuição de alimentos saudáveis oriundos da agricultura familiar, de base agroecológica, com apoio logístico e técnico contínuo.

Promover ações permanentes de educação alimentar e nutricional em ambientes escolares, serviços públicos e territórios sociais, além de incentivar parcerias para pesquisa, formação e produção de conhecimento em SAN e DHAA.

Desenvolver políticas específicas de SAN que assegurem o direito à alimentação adequada a povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais do território de Paragominas, respeitando seus modos de vida e culturas alimentares.

Integrar ações de alimentação e nutrição à atenção básica em saúde, fortalecendo o cuidado nutricional, a prevenção de agravos e o acompanhamento das condições alimentares da população em vulnerabilidade.

Garantir o acesso sustentável à água potável para consumo humano e para produção de alimentos, principalmente nas comunidades rurais e em situação de insegurança hídrica, com implementação de tecnologias sociais e ações educativas.

Apoiar iniciativas locais de soberania e segurança alimentar, com incentivo à

produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, e fomentar o intercâmbio de experiências com outras regiões e redes de cooperação em SAN e DHAA.

Implementar um sistema municipal de monitoramento e avaliação contínua das políticas de SAN, com indicadores claros que permitam acompanhar a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada em Paragominas.

5 DIRETRIZES DA POLÍTICA E DO PLANO NACIONAL DE SAN

O Decreto 7.272/2010 estabeleceu as 8 Diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), as quais relacionamos a seguir:

Diretriz 1 – Promoção do acesso universal à alimentação adequada e saudável, com prioridade para as famílias e pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Diretriz 2 – Promoção do abastecimento e da estruturação de sistemas descentralizados, de base agroecológica e sustentáveis de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos.

Diretriz 3 – Instituição de processos permanentes de educação alimentar e nutricional, pesquisa e formação nas áreas de SAN e do DHAA.

Diretriz 4 – Promoção, universalização e coordenação das ações de SAN voltadas para quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais e povos indígenas, conforme trata o Decreto nº 6.040/2007.

Diretriz 5 – Fortalecimento das ações de alimentação e nutrição em todos os níveis de atenção à saúde, de modo articulado às demais ações de SAN.

Diretriz 6 – Promoção do acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar, pesca e aquicultura.

Diretriz 7 – Apoio a iniciativas de promoção da soberania alimentar, SAN e DHAA em âmbito internacional e a negociações internacionais baseadas nos princípios e nas diretrizes da Lei nº 11.346/2006.

Diretriz 8 – Monitoramento da realização do Direito Humano à Alimentação Adequada.

Diretriz 9 - Utilizar, sempre que possível, produtos alimentares, inclusive destinados

à merenda escolar, originários da agricultura familiar, do pequeno produtor rural e das comunidades tradicionais do Estado do Pará.

6 DESAFIOS ESTRATÉGICOS 2026–2029 DIRETRIZES ESTADUAIS DO PARÁ.

O projeto de intervenção nutricional do município está alinhado às diretrizes e estratégias estaduais de Segurança Alimentar e Nutricional definidas no Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável do Pará (PESANS) e na legislação estadual que institui e orienta a SAN no âmbito do Estado (Lei Estadual de SAN do Pará), além de observar os princípios do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN e a participação social por meio do CONSEANS/PA e da CAISAN-PA.

A seguir, os principais desafios organizados de acordo com as diretrizes estaduais da Política de Segurança Alimentar e Nutricional do Pará, considerando a coerência com a PNSAN e as necessidades específicas de Paragominas:

1- Acesso Universal à Alimentação Adequada

Promover o acesso regular e permanente à alimentação adequada e saudável para toda a população de Paragominense, com prioridade às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Diretriz de Garantia do DHAA em todas as etapas da vida, com foco na equidade econômica e social.

2- Combate à Insegurança Alimentar e Inclusão Produtiva Rural

Reduzir a insegurança alimentar no meio rural e urbano, promovendo inclusão produtiva rural com foco em povos e comunidades tradicionais, agricultores familiares, mulheres e juventude rural.

Diretriz de Fortalecimento socioeconômico rural e inclusão produtiva sustentável.

3- Produção Sustentável e Agricultura Familiar

Estimular a produção de alimentos saudáveis e sustentáveis, estruturando a agricultura familiar, agroecologia e sistemas de produção locais que promovam soberania alimentar.

Diretriz de apoio à produção local sustentável e agroecológica.

4- Abastecimento Alimentar.

Fortalecer os mecanismos de abastecimento e circulação de alimentos no município, ampliando o acesso à alimentação adequada em mercados, feiras, compras públicas e iniciativas comunitárias.

Diretriz de promoção de sistemas locais de abastecimento e distribuição de alimentos.

5- Educação Alimentar e Nutricional

Desenvolver e implementar estratégias de educação alimentar e nutricional (EAN) em escolas, unidades de saúde e espaços comunitários, incluindo ações educativas, regulação de ambientes alimentares e comunicação pública.

Diretriz de Educação, Informação e Comunicação em SAN.

6- Vigilância, Prevenção e Controle de Agravos

Implementar ações de vigilância alimentar e nutricional, prevenção e controle dos agravos relacionados à má alimentação, como obesidade, anemia e outras condições crônicas.

Diretriz de promoção da qualidade nutricional e vigilância nutricional.

7- Acesso à Água Potável.

Ampliar o acesso à água potável para consumo humano e produção de alimentos, com foco especial nas regiões rurais e áreas vulneráveis do município.

Diretriz de garantia de acesso à água como componente fundamental da SAN.

8- Gestão, Governança e Participação Social

Consolidar a gestão municipal de SAN por meio de articulação intersetorial, fortalecimento do COMSEANS/Paragominas e integração às instâncias estaduais e federais.

Diretriz de fortalecimento do SISAN/PA e participação social ativa.

9- Cooperação e Soberania Alimentar.

Apoiar iniciativas que promovam a soberania alimentar, sistemas alimentares democráticos e sustentáveis, incluindo cooperação entre municípios e com o Governo do Estado.

Diretriz de promoção de redes colaborativas e cooperação técnica.

7 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

O Brasil, apesar de ser um país considerado como uma das maiores potências agropecuárias e rico em recursos naturais, historicamente, enfrenta vários obstáculos que limitam o desenvolvimento socioeconômico que são entraves para sua capacidade de produção. Diante desse cenário, uma grande porcentagem de pessoas no país vivem em más condições alimentares, seja por falta de acesso a alimentação adequada, causando fome ou desnutrição, ou pelo consumo excessivo de determinados alimentos que não são nutritivos e trazem risco à saúde, muitas vezes por falta de informação.

A agricultura familiar no município de Paragominas vive em constante transformação. De acordo com a Secretaria Municipal da Agricultura, Indústria e Comércio - SEMAGRI, o meio rural possui uma boa estrutura de estradas para escoamento da produção e para acesso aos sistemas de educação, saúde e comércio.

Possuímos a maior parte do município de área rural, cerca de 99,17% do território, no qual, as estradas vicinais são frequentemente conservadas para

atender cerca 22% da população e buscando qualidade de vida de quem vive no meio rural. Segundo IBGE (2010), a população total de moradores na zona rural, observada no recenseamento realizado em 2010 é de 21.308 mil habitantes.

Para evidenciar a participação de Paragominas no agronegócio estadual, com foco na piscicultura e nas exportações agropecuárias, a Figura 02 ilustra a sua representatividade em relação aos demais municípios do Pará.

Figura 02 - Contexto Estadual do Agronegócio - Paragominas – PA – 2024/2023



Fonte: Elaboração própria, com base em Agência Pará e FAPESPA, (2024).

Conforme apresentado na Figura 02, observa-se que o município de Paragominas possui expressiva participação no contexto estadual, destacando-se nos setores da piscicultura e das exportações de produtos agropecuários. Em 2024, o município foi responsável por 20,2% da produção estadual de piscicultura, com predominância para a criação de tambaqui, o que evidencia sua posição de liderança no setor aquícola.

No que se refere às exportações de produtos agropecuários, Paragominas ocupou a primeira colocação no estado em 2023, concentrando 25,1% do total exportado, reforçando sua relevância econômica e produtiva no cenário agropecuário paraense (FAPESPA, 2024). Em relação a produção agrícola, ficou em segundo lugar com R\$ 1.850.724.000, no ano de 2025.

A SEMAGRI possui uma equipe técnica nas áreas de produção vegetal, produção animal, patrulha agrícola, regularização fundiária e Serviço de

Inspeção Municipal vegetal e animal, onde as ações são focadas no fomento do agricultor familiar. O município possui cooperação técnica com o Centro Francês de Pesquisa Agrícola para o Desenvolvimento Internacional - CIRAD, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER, Instituto Nacional da Reforma Agrária – INCRA, Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas – SPRP, Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Paragominas STTRP, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuário e da Pesca - SEDAP, e dessa forma em parceria prestam serviços de extensão rural aos agricultores do Município. Também possui a cooperação com as associações de produtores rurais, a exemplo da Associação de Apicultores de Paragominas – CAIPMEL, que possui uma agroindústria de processamento de mel, Associação de produtores de mandioca e derivados – APROMANDI, do Assentamento Paragonorte que possui uma casa de farinha, e associações das 48 comunidades locais.

7.1 Ações da Secretaria Municipal de Agricultura

7.1.1 Projeto Hortas Periurbanas

O Projeto Hortas Periurbanas teve início em abril de 2025 com foco no atendimento à produtores urbanos de hortaliças e aproveitamento de quintais. Conta com uma produção de 400m³ de composto orgânico pronta, mais uma produção diária para ser possível realizar o atendimento das 350 famílias cadastradas no projeto.

O projeto teve sua primeira apresentação pública entre os dias 09 a 17 de agosto na Feira Agropecuária de Paragominas - AGROPEC, onde as hortas em pneus foram dispostas em cavaletes, junto aos pacotes de substrato para melhorar a visualização e despertar o interesse dos transeuntes. E no dia 18/10/2025, foi oficializado o lançamento do Projeto Hortas Periurbanas, no bairro Morada dos Ventos, com o apoio da SEMUR, SEMMA, SEMS, SEMEC e SEMDES. O projeto tem continuidade com o apoio da assistência técnica da equipe do Departamento Vegetal da SEMAGRI, realizando visitas domiciliares

nas casas dos cadastrados no projeto.

Durante o evento, foram efetuados cadastros dos moradores interessados em implantar hortas domésticas. Além disso, ocorreram doações e sorteios de materiais de apoio, incluindo pneus para montagem das hortas, substratos e mudas de hortaliças. A ação contou com ampla participação da comunidade local.

O projeto visa incentivar a produção de hortas domésticas, promovendo sustentabilidade, segurança alimentar e integração comunitária. As reuniões realizadas são periódicas com os moradores cadastrados, do CRAS da Morada do Sol e Morada dos Ventos, CRAS do Camboatã e no Bairro Nagibão. O objetivo foi identificar as demandas dos participantes e alinhar o cronograma de execução do projeto, além de esclarecer dúvidas e alinhar o cronograma de execução do projeto.

A equipe técnica do projeto além de realizar as visitas domiciliares aos participantes, fica responsável por doar os pneus com substrato e, posteriormente, retornar às residências para efetuar o plantio das mudas de hortaliças em conjunto com os moradores, promovendo aprendizado prático e incentivo à manutenção das hortas.

As visitas a princípio concentradas nos bairros Camboatã, Cidade Nova, Jardim Bela Vista, Jardim Atlântico, Laércio Cabeline e Célio Miranda, contam com a doação de pneus preenchidos com substrato e o plantio foi realizado de acordo com a preferência de cada morador.

No dia 18 de janeiro de 2026 foi realizada a segunda edição do Projeto Hortas Periurbanas, dessa vez, no bairro Nagibão. Durante o evento, foram efetuados novos cadastros dos moradores interessados em adquirir vasos reutilizáveis e mudas para dar início ao plantio domiciliar.

Ademais, ocorreram doações de 150 vasos reutilizáveis, já preenchidos com substrato, além de mudas de espécies frutíferas, arbóreas e medicinais, 400 pacotes de 5 kg de substrato e em adição, sorteios de vasos com substrato e com hortaliças plantadas. A ação contou com ampla participação da comunidade local.

No decorrer das visitas e ações realizadas, foram doados 300 pneus, totalizando 7.500 kg de substrato doado para preencher os pneus. De mudas,

foram doadas 640 mudas de cebolinha, 470 mudas de couve, 50 mudas de tomate, 40 mudas de quiabo, 35 mudas de pepino, 26 mudas de berinjela e 80 mudas de chicória, além de 15 mudas de mamão, 50 mudas de maracujá para quem tem interesse de ter árvores frutíferas em casa e 100 mudas de moringa e mudas medicinais. Após isso, foram realizadas novas doações de substratos para aqueles que tiveram interesse em aumentar sua produção, criando novos canteiros.

7.1.2 Programa de Assistência Técnica e Capacitação nas áreas animal e vegetal

A Prefeitura, através da SEMAGRI, promove ações de incentivo à agricultura familiar, oferecendo assistência técnica para aprimorar as práticas agrícolas, aumentar a produtividade e assegurar a sustentabilidade das atividades no campo.

Essa assistência pode incluir orientações sobre o manejo de culturas, uso de tecnologias, manejo de recursos naturais, comercialização de produtos, além de apoio na organização da produção e acesso a políticas públicas.

A Secretaria de Agricultura realiza reuniões nas comunidades rurais com o objetivo de esclarecer aos produtores e líderes comunitários o novo modelo de trabalho que a secretaria de agricultura vem desenvolvendo na assistência técnica e extensão rural, nas atividades de mecanização agrícola, projetos em andamento na secretaria, além de ouvir os anseios das comunidades e suas demandas. As reuniões são muito produtivas e servem de base para o planejamento das ações da SEMAGRI junto aos agricultores familiares.

Somado a isso a Secretaria de Agricultura trabalha para a viabilização de cursos de capacitação em parceria com o SENAR e na promoção de intercâmbio com os técnicos da SEMAGRI e experiências exitosas em outros municípios de referência na agricultura e pecuária.

No ano de 2025, foram realizadas 168 visitas, distribuídas em diferentes comunidades rurais com seus objetivos de: fazer coleta de solo e recomendação de correção de solo e adubação; verificar áreas para novos plantios; averiguar infestações de pragas e doenças; acompanhar entrega de

mudas; acompanhar plantio de mudas; acompanhar colheitas; tratar de melhorias nas estradas; reuniões nas comunidades e posteriormente visitas em produtores para atender demandas; ouvir demandas a serem atendidas pela Semagri, entre outras coisas relacionadas a assistência técnica e extensão rural.

Além das visitas realizadas em campo, a equipe de técnicos (Agrônomos, Técnicos em Agropecuária e Estagiários) atendeu 129 produtores na SEMAGRI, com recomendações de correção de solos, adubação e controle fitossanitário, bem como cadastro de produtores para aquisição de mudas, planejamento de plantio e outras recomendações técnicas.

7.1.3 Programa de doação de mudas

Além de, doação de mudas e mecanização agrícola para promover o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais, incentivando a diversificação da produção agrícola, aumentando a renda dos agricultores e melhorando a segurança alimentar. Além disso, essa ação busca fortalecer a economia local, preservar o meio ambiente através do plantio de árvores gerando emprego e renda, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida das famílias rurais.

O Departamento vegetal atendeu 117 produtores com distribuição de mudas e entregou durante o ano de 2025 um total de 44.243 mudas principalmente frutíferas (açai, cacau, cupuaçu, maracujá, pupunha, manga, caju, entre outras) e florestais (oiti, seringueira, ipê entre outras) para 22 Comunidades rurais: São Sebastião; Potiritá; Del Rey; Colônia do Uraim; Vila união – Bacaba; Reunidas; Três Lagoas; Mandacaru; Beira Rio; Oriente; Vila Nova; Monte Cristo; Água Suja; CAIP; Independência; Paragonorte; Coera; Condomínio Rural; Coopehort; Peracchi; Escadinha.

Nesse sentido o objetivo é fortalecer a produção diversificada de frutíferas, principalmente em sistemas agroflorestais, garantindo segurança alimentar e promovendo renda com a venda dos excedentes de produção, gerando assim melhor qualidade de vida para os produtores rurais, sobretudo os da agricultura familiar.

7.1.4 Programa de mecanização Agrícola

No seguimento de mecanização agrícola a prefeitura conta com nove tratores ativos e 52 implementos agrícolas (8 roçadeiras hidráulicas; 2 roçadeiras de arrasto; 13 grades aradoras, 3 grades niveladoras; 2 distribuidoras de adubo e calcário; 2 calcareadeiras, 3 plantadeiras de grãos; 5 plantadeiras de mandioca; 1 carretinha reboque; 1 retroescavadeira; 2 enxadas rotativas; 2 pulverizadores de barra; 2 guinchos hidráulicos; 1 escarificador e; 2 sulcadores), que atendem as diversas colônias e assentamentos do município.

As ações realizadas pela Secretaria de Agricultura são as seguintes: Serviço de grade e niveladora nas áreas; transporte de máquinas e implementos; manutenções preventivas e corretivas nos maquinários e implementos; apoio ao projeto malva (SEMAGRI, EMATER e CTC), roçagem; plantio de feijão e capim mecanizado; apoio às atividades do CIRAD (roças comunitárias e implantação de pastagem rotacionada); apoio às atividades do Programa de Assistência Técnica e Gerencial do SENAR.

No ano de 2025 atuamos em 42 comunidades atendendo 770 famílias, sendo: 905 Hectares em Serviço de grade; 359 hectares em Serviço de roçagem; 84 hectares em Serviço de pulverização; 819 Km de viagens em Serviço de carroça e; 1150 Km com transporte de máquinas e equipamentos.

7.1.5 Programa de democratização do transporte da produção agrícola

A secretaria dispõe de dois caminhões que dão suporte no transporte de maquinários e produtos agropecuários. Como resultado da ação da prefeitura através da secretaria de agricultura foi viabilizado: Transporte de insumos e produção para mais de 200 pequenos agricultores individuais, por ano, com os caminhões da secretaria; Viagens de atendimento ao Programa “Hoje tem Feira”; Viagens de mobilização de produtores, com materiais coletivos para associações.

7.1.6 Programa de incentivo à produção de cacau de Paragominas em Sistemas Agroflorestais

O município de Paragominas vem trabalhando desde 2018 na implantação da cultura cacaueteira em seu território com objetivo de incentivar pequenos produtores rurais e pecuaristas a recuperarem áreas desmatadas ou improdutivas com o plantio de cacau e outras espécies florestais e frutíferas. Com isso, vem fomentando a agricultura familiar de baixo carbono, transformando áreas alteradas com desmatamento em agroflorestas sustentáveis, por meio de plantio de cacau e outras espécies de alto valor econômico no sistema agroflorestal.

No ano de 2019 a Prefeitura recebeu, por doações, 50 mil sementes híbridas oriundas da parceria entre CEPLAC e SENAR/FUNCACAU/FAEPA, as quais distribuiu entre 10 produtores interessados (iniciantes do projeto) doando também o saquinho dessas mudas e fazendo o acompanhamento técnico junto a esses produtores.

No ano de 2020 a prefeitura adquiriu 100.000 mudas de cacau através de licitação, as quais foram distribuídas para 87 produtores rurais, principalmente agricultores familiares de 18 comunidades do município (Colônia Independência, Cachoeira, Beira Rio, Oriente, Bacaba, Peracchi, Mandacarú, BR 010, Nova Vida, Vila Nova, CAIP, Colônia do Uraim, Nazaré, Estrada do Sete, Condomínio Rural, Cajueiro II, Cacimbão e Reunidas).

Já no ano de 2021, foram produzidas e distribuídos 85.000 mudas para 60 produtores (plantio e replantio). No ano de 2022 a prefeitura comprou 40.000 mudas, das quais distribuiu para 40 produtores, destes uma parte já tinha área plantada e precisou repor ou aumentar o plantio e os demais entraram recentemente na atividade.

No ano de 2023, foram distribuídas mais 20.000 mudas de cacau para os produtores assistidos pelo projeto, bem como foram desenvolvidas ações de acompanhamento técnico em campo, com visitas de assistência em manejo produtivo da cultura.

Em 2024 foram produzidas e distribuídas 10.350 mudas e em 2025 foram produzidas e entregues 15.141 mudas de cacau. Desde então, o trabalho de

doação de mudas e acompanhamento técnico tem sido intensificado junto aos produtores rurais do município juntamente com doação de outras espécies frutíferas e florestais, a fim de compor os sistemas agroflorestais.

7.1.7 Programa de incentivo à produção de mandioca

A prefeitura, por meio da Secretaria de Agricultura tem feito o mapeamento das comunidades agrícolas para conhecer o potencial dessas áreas e assim direcionar as políticas públicas de incentivo. Nesse processo diagnóstico, constatou-se o potencial de produção de mandioca na região do Assentamento Paragonorte, mais especificamente na comunidade Vila União (Bacaba).

A agrovila Bacaba, está situada aproximadamente 90 km da sede do município e se encontra as proximidades dos limites territoriais do Pará com o estado do Maranhão e das Terras Indígenas do Alto Rio Guamá no território paraense.

No sentido de incentivar práticas de inovação tecnológica a prefeitura propôs então a criação de uma Unidade Demonstrativa Comunitária – UDC de produção de mandioca (1,5 hectare com as variedades: Manivão, Mari, Poty e Jurará), com incremento de material de alta tecnologia de produção, advindos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, doados pela Regional da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Agropecuária e da Pesca - SEDAP em Paragominas. Desse processo já surgiram diversas ações como Dias de campo da cultura e parcerias com outras entidades afins.

Os produtores se organizaram em uma associação específica de produção de mandioca e firmaram acordo de replicar os materiais de alta tecnologia em um segundo momento, aumentando assim a produtividade dos seus cultivos.

Existe diversas ações de implantação de roças comunitárias em diferentes comunidades rurais em parceria com o Programa TerraMais desenvolvido pelo CIRAD, e iniciativas individuais de produção da cultura que a prefeitura tem incentivado, com transporte de manivas, assistência técnica e transporte da produção.

7.1.8 Programa de incentivo à piscicultura

Na piscicultura são realizadas ações de sessão de uso de tanques de geomembrana de 20.000 litros e tanques são escavados para aumentar a quantidade de peixes na agricultura familiar, essa iniciativa busca fortalecer a sustentabilidade econômica e ambiental, melhorar a segurança alimentar e gerar oportunidades de emprego nas comunidades. Além disso, ao apoiar a piscicultura, contribui-se para o desenvolvimento local e para a melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares.

O projeto de apoio à piscicultura em tanques conta com a realização de diagnósticos técnicos nas comunidades. O objetivo é selecionar, inicialmente, pequenos produtores que atendam aos pré-requisitos listados em questionário, tais como: qualidade do solo, disponibilidade de água (poços, rios, córregos ou nascentes), viabilidade financeira, dedicação ao manejo dos tanques e experiência na área.

Após o diagnóstico, os produtores selecionados são beneficiados com horas de retroescavadeira cedidas pela prefeitura, permitindo a escavação de um a dois tanques por propriedade, com dimensões de 20m x 7m x 1,6m, cada tanque tem capacidades para até 500 alevinos. Após essa etapa, são realizadas visitas técnicas e cursos para o início da produção, com o apoio do SENAR que oferece capacitações sobre manejo, ração alternativa e até construção de tanques sustentáveis de menor custo.

Desde 2021, o projeto começou a ser implantado com a realização de diagnósticos nas comunidades: Independência, Potiritá, Cachoeira, Oriente, Nazaré, São Sebastião, Reunidas, 204, Três Lagoas, Gleba 22, Del Rei ou Maritaca, Cacimbão, Formosa, Auto Coração, Mandacarú, Nova vida, Ribeirinho, Ribeirão, CAIP, Faixas 3 e 5, Escadinha, Vila Nova, Nova Jerusalém, Peracchi e Água Suja. As comunidades do capim que são localizadas nas proximidades do Rio Capim, um dos maiores rios da cidade e um dos principais rios acometido pela pesca extrativista foram as primeiras a serem escolhidas para início do projeto, tendo a comunidade Independência como piloto, já foram obtidos 13 tanques escavados, no qual, será aplicado o próximo passo e se dará a continuidade do projeto nas outras comunidades.

Com o término da implantação do projeto, os técnicos da área continuarão apoiando os produtores por meio de assistência técnica para uma contínua melhora na produção dos peixes.

7.1.9 Programa de incentivo à Apicultura

A Prefeitura de Paragominas atua no incentivo à apicultura no município desde de 2017, quando na época contratou uma engenheira agrônoma especialista na área, tudo isso graças a grande procura por parte dos agricultores familiares do Assentamento Paragonorte, Centro de Atendimento Integrado ao Produtor (CAIP) e região do Rio Capim (Colônia Oriente e Cachoeira) inicialmente.

Com o passar do tempo essas comunidades foram se aprimorando, através de capacitação e visitas técnicas de acompanhamentos de manejo de alta produção. Vários cursos foram ofertados e inúmeras visitas, inclusive com realização de dias de campo e intercâmbio entre produtores que puderam viajar e conhecer outras realidades fora do município.

As visitas realizadas em cidades do interior do Pará que possuem a cultura com bastante relevância, como: Salinópolis, Bujaru e Canaã dos Carajás e técnicas de manejo e criação de abelhas deram uma alavancada na produção do mel de Paragominas.

Desde aquela época duas frentes de trabalho foram lançadas, uma na assistência e capacitação e outra com o projeto “Abelha Verde”.

O projeto teve início a partir da forte incidência da presença de abelhas na área urbana, elevando o risco de acidentes e de prejuízo a saúde das pessoas, além disso, de acordo com a lei nº 9.605/98, é considerado crime ambiental a realização do extermínio de abelhas, com isso, o município passou a investir em inovações na área tornando a cultura da criação de abelhas e produção do mel um dos ramos com maior crescimento.

O projeto iniciou-se com a captura de abelhas na zona urbana, no qual, os enxames eram resgatados e acondicionados em novas colmeias e fortalecidas para posteriormente serem doadas aos produtores, diminuindo o custo dos mesmos e com enfoque na sustentabilidade.

Os produtores passaram a receber incentivos pela prefeitura, os agricultores familiares do município receberam a doação de equipamentos de proteção individuais (macacões, luvas, botas de borrachas e fumigadores) e colmeias completas com melgueiras.

Com o aumento da produção de mel local, houve a necessidade da regularização do mesmo para os produtores saírem da clandestinidade, verticalizando a produção apícola, no qual, ocorreu a construção da Casa do Mel de Paragominas (em 2021) com o apoio da Prefeitura pelo Serviço de Inspeção Municipal, que é uma das agroindústrias de maior importância no município hoje. Foi implantada na comunidade CAIP, que fica a aproximadamente 80 km de distância da sede do município, onde 21 pequenos produtores criaram a associação de apicultores e reforçam suas rendas com a produção do mel.

O projeto conta hoje (2025) com a colaboração da Prefeitura de Paragominas e mais de 95 apicultores, em 19 comunidades rurais como: CAIP, Bacaba, Vila Nova, Colônia do Uraim, Oriente, Potiritá e outras. São realizados diagnósticos, visitas técnicas e cursos de treinamento para a equipe técnica de apicultura da secretaria de agricultura, como: Criação e Manejo de abelhas, capturas, produção de abelhas rainhas, entre outros, para os ensinamentos serem repassados aos apicultores e assim elevar a sua produção.

7.1.10 Programa “Hoje Tem Feira”

A Prefeitura de Paragominas com o apoio do escritório regional do SEBRAE/PA de Paragominas, através da Sala do Empreendedor (Secretaria de Planejamento) e Secretaria Municipal de Agricultura - SEMAGRI, desenvolvem o projeto “Hoje Tem Feira”. O projeto promove ações que abrangem diferentes dimensões, como: produtiva, ambiental, social e cultural, com atuação efetiva na agricultura familiar, além de fomentar a entrada das micro e pequenas empresas no mercado.

Hoje, o projeto faz parte do calendário semanal dos produtores rurais e dos habitantes de Paragominas, com uma estrutura bem definida, onde a feira tem sua localização principal no estacionamento da Prefeitura Municipal de

Paragominas, todas as quartas-feiras e as sextas-feiras em frente ao estádio municipal Arena Verde. Além disso, realiza-se feiras de forma itinerante em um ponto estratégico da cidade previamente definido, sempre com o objetivo de possibilitar ao produtor rural/empreendedor a comercialização dos seus produtos de forma direta ao consumidor.

São 16 produtores e microempreendedores, dos mais diversos segmentos que participam do projeto, dentre estes tem-se a comercialização de embutidos, hortifrúti, floricultura, pescados, artesanato e produtos alimentícios.

De uma forma geral, o Projeto Hoje tem Feira vem crescendo de forma exponencial, com excelentes resultados ao longo dos anos, graças ao empenho, dedicação e comprometimento de todos os atores envolvidos no projeto. Esses números são revelados no presente relatório, que mostra o acompanhamento dos produtores/feirantes durante esse período, bem como os avanços obtidos.

7.1.11 Serviço de Inspeção Municipal

Nos dias atuais, possuímos o total de 3 empresas cadastradas com o selo municipal, tais: Casa do Mel de Paragominas, Linguiça Dú Mineiro e Entrepasto de Beneficiamento de carnes do grupo Capixaba. Tendo no ano de 2020 e 2021 solicitações de pré-requisitos para a abertura de novas agroindústrias e em construção estão: Queijarias nas comunidades 3 Lagoas e Água Suja, e casa de farinha na comunidade do Bacaba.

Estão em fase de visitas quinze propriedades para entrega de pré-requisitos para a legalização de agroindústrias (06 Queijarias; 03 Abatedouros Frigoríficos de Aves; 03 Casas de Processamento de Mandioca; 01 Abatedouro Frigorífico de Suínos; 01 Estabelecimento de Beneficiamento de Linguiça; 01 Indústria de Beneficiamento de Polpa de Frutas).

7.1.12 Serviço de Regularização Fundiária

O Setor de Regularização Fundiária atua nas seguintes áreas: suporte na

emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais (CCIR); emissão do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF); Emissão de Declaração de Posse; Emissão de Declaração de Exploração e Ocupação e; Regularização Fundiária e Urbana (Reurb).

O Setor desempenhou papel fundamental no apoio à organização produtiva e à formalização documental dos agricultores familiares do município, por meio da execução de cadastros e atualizações no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF. Esse trabalho buscou atender às demandas socioeconômicas das comunidades, facilitar o acesso às políticas públicas e subsidiar ações administrativas e judiciais relacionadas ao ordenamento territorial.

Em 2025, foram emitidos 130 CAF's, número expressivo se considerarmos a diversidade e dispersão geográfica das comunidades atendidas e a necessidade de análise individualizada de cada unidade produtiva. Foram emitidas também 50 declarações de posse rural, ao longo do ano, atendendo agricultores de diversas comunidades rurais do município.

A equipe também procedeu à emissão de CCIR's para diversos produtores rurais, garantindo que cada imóvel cadastrado junto ao INCRA permanecesse regularizado e apto para trâmites administrativos, negociações e financiamentos. A atuação do setor reforçou a importância da gestão fundiária organizada e do apoio técnico aos produtores rurais, garantindo segurança jurídica e continuidade das atividades produtivas.

O Setor de Regularização Fundiária realizou articulações institucionais voltadas à regularização dominial de áreas patrimoniais onde estão sendo implantadas unidades habitacionais do Programa Minha Casa, Minha Vida Rural.

O objetivo principal foi garantir que, ao final das obras, o município possua legitimidade para promover a titulação individual dos beneficiários. Foram encaminhadas solicitações formais de doação das seguintes áreas patrimoniais: Vila Caip; Vila Mandacaru; Nova Vida e; São Sebastião. Também durante o ano de 2025, o Setor de Regularização Fundiária concentrou esforços na estruturação normativa e administrativa necessária para a implementação da Regularização Fundiária Urbana – REURB no município, em

conformidade com a Lei Federal nº 13.465/2017.

Ao longo do ano foram adotadas medidas essenciais para viabilizar o início oficial do programa, entre elas: Elaboração e publicação do Decreto Municipal de Instauração da REURB, estabelecendo diretrizes e procedimentos locais; Criação da Comissão Municipal de Regularização Fundiária, responsável por orientar e deliberar sobre as etapas do processo; Organização dos fluxos administrativos e definição dos primeiros núcleos urbanos a serem trabalhados.

Com essa base normativa e organizacional, o município passou a reunir as condições legais e operacionais para iniciar a regularização fundiária, oportunizando assim moradores da zona urbana e rural a terem garantia jurídica de uso de ocupação de terrenos urbanos e lotes agrícolas.

As ações desenvolvidas pelo setor de regularização fundiária são fundamentais para: Consolidar bases técnicas e legais para projetos de regularização; Ampliar a cidadania e a inclusão social de famílias urbanas e rurais; Apoiar o desenvolvimento produtivo por meio da formalização de agricultores; Organizar informações essenciais para decisões administrativas e judiciais; Preparar o município para avanços significativos em titulação fundiária nos próximos anos.

Em resumo, o incentivo à agricultura familiar é fundamental para promover o desenvolvimento sustentável, fortalecer a economia local e garantir a segurança alimentar das comunidades rurais. Ao oferecer apoio técnico, acesso a recursos e oportunidades de inovação, podemos transformar a vida dos agricultores familiares, promovendo sua autonomia e resiliência. Dessa forma, investimos no crescimento da agricultura tendo um dos focos a segurança alimentar do pequeno produtor. A seguir, no Quadro 02 apresentamos os objetivos com ações e metas a serem alcançadas.

Quadro 02 – Objetivos a serem alcançados pela SEMAGRI junto com órgãos parceiros

Objetivo Específico	Ação	Indicador	Met a 2026	Met a 2027	Met a 2028	Meta 2029	Fonte de dados	Responsável
Garantir vias de acesso com condições de	Manutenção periódica das estradas	Percentual das estradas	25%	50%	75%	100%	SEMINFRA	SEMAGRI, SEMINFRA, INCRA,

trafegabilidade (manutenção periódica) para o escoamento da produção;	vicinais do Município de Paragominas – PA.	vicinais do Município (cumulativos).						Governo do Estado.
Incentivar práticas agrícolas sustentáveis que preservem o meio ambiente e aumentem a produtividade a longo prazo	Implantação de Unidades Demonstrativas de Produção Sustentáveis - UDT.	Número de UDS (cumulativos).	02	05	08	12	SEMAGRI	SEMAGRI, EMBRAPA, EMATER, SEDAP, ADEPARA, CIRAD, SENAR, Universidade e Ongs.
Fortalecer as parcerias entre as entidades públicas e privadas que atuam com assistência técnica e extensão rural.	Formação de um Grupo de Trabalho Permanente de Cooperação Técnica	Termos de Cooperação assinados (cumulativos).	02	04	06	08	Departamento de Convênios Prefeitura.	SEMAGRI, EMBRAPA, EMATER, SEDAP, ADEPARA, CIRAD, SENAR, STTRP, SPRP, Universidade e Ongs.
Adquirir mais equipamentos e implementos agrícolas, por meio de ações públicas e privadas para garantir que o produtor tenha acesso a mecanização agrícola.	Viabilização de Assessoria para aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas de programas governamentais e privados.	Patrulhas Agrícolas (cumulativas).	01	02	03	04	SEMAGRI	SEMAGRI, SEDAP, STTRP, Fórum das Comunidades Rurais, Associações Comunitárias Rurais.
Mapeamento do Perfil da Produção da Agricultura Familiar do Município, identificando suas dificuldades e potencialidades.	Diagnóstico do Perfil da Produção Agrícola Familiar de Paragominas.	Percentual do Diagnóstico (cumulativos).	25%	50%	75%	100%	SEMAGRI	SEMAGRI, EMBRAPA, CIRAD, Universidade, Fórum das Comunidades Rurais, STPRP.
Fortalecer o setor de Regularização Fundiária do município por meio de parcerias com	Formalização de Parcerias com entidades afins.	Número de Parcerias firmadas	02	04	06	08	Departamento de Regularização Fundiária - SEMAGRI	SEMAGRI, Fórum das Comunidades Rurais, STTRP, Associação

entidades afins.								es Rurais, INCRA, ITERPA
Promover Estudo de Mercado para os produtos da Agricultura Familiar, incentivar e fortalecer a verticalização da produção.	Viabilização de Estudo de Mercado das Cadeias Produtivas de produtos da Agricultura Familiar.	Nº de Cadeias Produtivas Estudadas (cumulativas).	02	05	10	15	SEBRAE	SEMAGRI, SEBRAE, Universidades
Fortalecer as Organizações e promover Capacitação Técnica para as organizações coletivas do campo.	Viabilização de Capacitação Técnica para as organizações coletivas do campo.	Número de Capacitação Técnica (cumulativas).	05	10	15	20	Fórum das Comunidades Rurais	SEMAGRI, SEBRAE, EMBRAPA, Universidades, SENAR, Fórum das Comunidades Rurais, STTRP, SPRP.
Garantir o acesso contínuo a alimentos frescos e nutritivos para as famílias rurais, promovendo a autonomia na produção de alimentos	Aumento na produção de plantas frutíferas com a doação de mudas.	Mudas ofertadas por ano	50.000	60.000	80.000	100.000	Departamento de Agricultura - SEMAGRI	SEMAGRI, SEDAP.
Garantir o acesso a produção de hortaliças para a população periurbana do Município.	Implantação de hortas familiares em propriedades periurbanas.	Famílias atendidas (cumulativas)	600	900	1.200	1.500	Departamento de Agricultura - SEMAGRI	SEMAGRI
Fortalecer a comunidade rural por meio de ações educativas, promovendo a troca de experiências e o apoio mútuo	Viabilização de uma rede de apoio e acompanhamento técnico para garantir a manutenção e expansão das ações implementadas	Ações integradas de troca de experiências entre as Comunidades	02	04	04	04	SEMAGRI	SEMAGRI, EMBRAPA, Universidades, SENAR, Fórum das Comunidades Rurais, STTRP, SPRP.
Garantir que os produtos	Incentivo a legalização	Unidades de	02	02	02	02	SIM - SEMAGRI	SEMAGRI, Universidades

agroindustriais sejam de boa qualidade e sigam todos os passos de boas práticas de fabricação.	dos produtos de origem vegetal e animal no Serviço de Inspeção Municipal – SIM e demais correspondentes estadual e federal.	Produção Regularizadas							des, SENAR, Fórum das Comunidades Rurais, STTRP, SPRP.
Garantir a realização de Feiras de produtos da Agricultura Familiar no Município.	Ampliação do número de produtores participantes das Feiras.	Quantidade de Famílias	05	10	10	10	SEMAGRI	SEMAGRI, SEBRAE	
Garantir que os Produtores Rurais tenham acesso a transporte da produção agrícola.	Aquisição de Caminhão	Unidade de caminhão adquirida	01	01	01	01	SEMAGRI	SEMAGRI, Fórum das Comunidades Rurais, STTRP.	

Fonte: Própria, com base nas ações realizadas pela SEMAGRI, (2025).

8 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

A Secretaria Municipal de Assistência Social de Paragominas (SEMAS) atua de forma contínua para a promoção da proteção social aos indivíduos e famílias que dela necessitam, prioritariamente aqueles em situação de risco e vulnerabilidade social, oferecendo provisões socioassistenciais por meio de serviços, programas, projetos e benefícios, com o objetivo de atender às necessidades básicas e promover a convivência familiar e comunitária de seus usuários.

O município de Paragominas aderiu ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), em 2025, com o objetivo de assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada.

Em relação a Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), temos quatro Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), localizados nos bairros Camboatã, Jaderlândia, Morada do Sol e Nagibão.

Configura-se como equipamento público sendo a principal porta de entrada do SUAS, realizando o trabalho social com famílias no território, através dos atendimentos/acompanhamento familiares por meio dos seguintes serviços socioassistenciais: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Gestantes e Crianças de 0 a 6 anos (SPSBD-GC), voltado exclusivamente a primeira infância, priorizando o desenvolvimento de ações coletivas que venham a garantir as seguranças alicerçadas pelo SUAS, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2012): acolhida; renda; convívio ou vivência familiar, comunitária e social; desenvolvimento da autonomia; apoio e Auxílio.

CRAS Camboatã II – Bairro Camboatã: A unidade acompanhou 987 famílias pelo PAIF, de janeiro a novembro de 2025, com média mensal de 89,73 famílias. Foram realizados 1.157 atendimentos particularizados, incluindo 284 visitas domiciliares, além da concessão de 54 benefícios eventuais. Destaca-se o encaminhamento de 25 indivíduos para acesso ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), 36 famílias para o Cadastro Único e 8 famílias para o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), demonstrando a articulação da proteção básica com a proteção especial. No Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, houve expressiva participação de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos (1.321 atendimentos) e idosos (991 atendimentos).

CRAS Jaderlândia – Bairro Jaderlândia: Nessa unidade foram inseridas 205 novas famílias, totalizando 733 famílias acompanhadas pelo PAIF, com média mensal de 66,64 famílias. Registraram-se 1.657 atendimentos particularizados, com destaque para 772 visitas domiciliares. Durante o ano de 2025, foram concedidos 184 benefícios eventuais, realizados 38 encaminhamentos para acesso ao BPC, 24 famílias encaminhadas ao Cadastro Único e 16 famílias ao CREAS. No SCFV, destaca-se a participação de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, totalizando 1.450 atendimentos, evidenciando a relevância do serviço no território.

CRAS Morada do Sol – Bairro Morada do Sol: Essa unidade acompanhou 259 famílias pelo PAIF, com média mensal de 28,78 famílias, realizando 1.570 atendimentos particularizados, no período de março a novembro de 2025. Foram registradas 607 visitas domiciliares e a concessão de 424 benefícios eventuais, além de 59 encaminhamentos para acesso ao BPC, 15 famílias para o Cadastro Único e 12 famílias encaminhadas ao CREAS. No SCFV, destacam-se os atendimentos a crianças e adolescentes de 7 a 14 anos (1.149 atendimentos) e a idosos (429 atendimentos).

CRAS Nagibão – Bairro Nagibão II: Entre março e novembro de 2025, a unidade prestou 433 atendimentos individualizados e acompanhou 330 famílias através do PAIF, registrando uma média de 36,67 famílias assistidas por mês. Nesse período, a unidade realizou 237 visitas domiciliares, concedeu 102 benefícios eventuais e efetivou encaminhamentos para o BPC (13), Cadastro Único (27) e CREAS (6). Além disso, o SCFV contabilizou 320 atendimentos de crianças e adolescentes de 7 a 14 anos, e 289 de idosos.

Em relação à Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade, existe um Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, onde é executado as Medidas Socioeducativas em meio aberto, Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), onde atende todos os indivíduos que sofrem ou sofreram violências e violações de direitos. Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, O município possui um acolhimento institucional para crianças e adolescentes, além de uma unidade voltada à pessoa idosa.

8.1 Programas de Transferência de Renda Federal

8.1.1 Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

O Cadastro Único é uma tecnologia social de identificação e caracterização socioeconômica das famílias de baixa renda domiciliadas no território brasileiro, que são aquelas que possuem renda mensal de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo por pessoa.

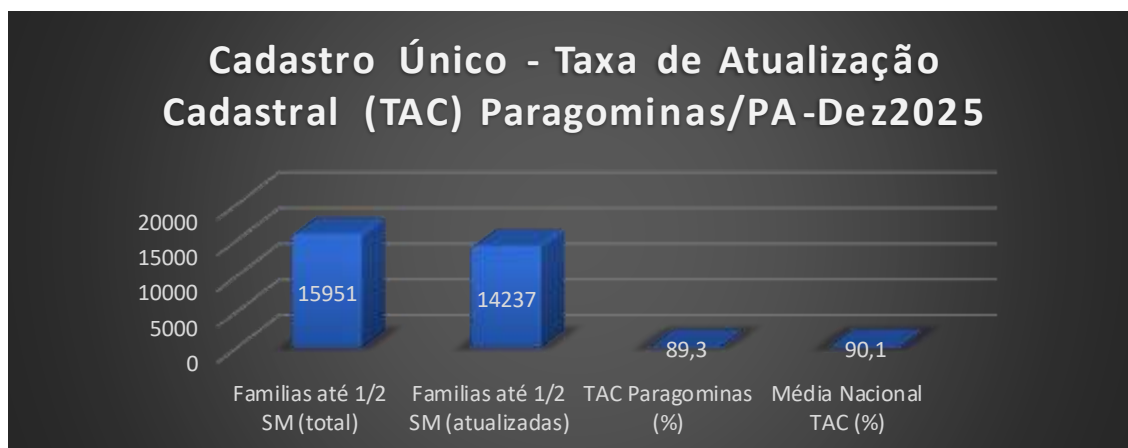
O Governo Federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder

benefícios e serviços de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE), Benefício de Prestação Continuada (BPC), Programa Bolsa Família (PBF), entre outros. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o mapeamento das vulnerabilidades locais, o planejamento das ações e a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município.

O município de Paragominas/PA vem realizando as atividades de cadastramento e atualmente (janeiro de 2026) tem o total de 24.601 famílias cadastradas no Cadastro Único, dentre as quais 22.482 atualizaram seus cadastros nos últimos dois anos.

A Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do Cadastro Único no município é calculada pela divisão do número de famílias com cadastro atualizado e renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (14.237) pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo (15.951), multiplicado por cem. Assim, em dezembro de 2025, Paragominas/PA teve uma TAC de 89,3%, enquanto a média nacional foi de 90,1%, conforme apresenta o Gráfico 10.

GRÁFICO 10 - Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do Cadastro Único de Paragominas-PA - 2025



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2025.

8.1.2 Programa Bolsa Família

O Programa Bolsa Família é um programa social do Governo Federal, instituído pela Lei nº 14.601, de 19 de junho de 2023. Além de garantir renda básica para as

famílias em situação de pobreza, busca integrar políticas públicas, fortalecendo o acesso das famílias a direitos básicos como saúde, educação e assistência social. Contribui para o resgate da dignidade e da cidadania das famílias também pela atuação em ações complementares.

O Gráfico 11 apresenta um resumo dos dados do Programa Bolsa Família no município de Paragominas/PA, referentes ao mês de janeiro de 2026.

GRÁFICO 11 - Resumo do Programa Bolsa Família de Paragominas-PA



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, 2025.

O Bolsa Família desempenha papel fundamental na segurança alimentar e no direito à alimentação adequada, contribuindo para a redução da fome e da pobreza no país. Este programa está alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente na promoção dos direitos humanos e na redução das desigualdades. A erradicação da fome, de todas as formas de desnutrição e a garantia de acesso a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano são metas contempladas no segundo objetivo dos ODS.

8.1.3 Programa Gás do Povo

É um auxílio financeiro destinado às famílias de baixa renda, com o objetivo de reduzir o efeito do aumento do preço do gás de cozinha sobre o orçamento doméstico. Foi instituído pela Lei nº 14.237, de 19 de novembro de 2021, e regulamentado pelo Decreto nº 10.881, de 2 de dezembro de 2021.

A partir de fevereiro de 2023, e nos meses pares seguintes, as famílias beneficiárias do programa seguem recebendo o valor do benefício em dobro, conforme

a Medida Provisória nº 1.155 de 1º de janeiro de 2023. Com isso, o programa atualmente paga um benefício no valor médio de R\$ 110,00 (cento e dez reais). O Adicional Complementar (parcela dobrada) tem caráter temporário e será pago somente até que o atual programa seja substituído por um novo.

O município de Paragominas/PA teve 700 famílias beneficiadas pelo Programa Auxílio Gás dos Brasileiros, totalizando um investimento de R\$ 77.000,00

8.1.4 Benefício de Prestação Continuada - BPC

O Benefício de Prestação Continuada – BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, é a garantia de um salário mínimo por mês ao idoso com idade igual ou superior a 65 anos ou à pessoa com deficiência de qualquer idade.

Visa a garantia dos mínimos sociais, contribuindo também para o enfrentamento da pobreza.

8.1.5 Benefícios Eventuais

Regulamentados pelo Decreto Municipal nº 960 de 2018, os Benefícios Eventuais são modalidades de provisão de Proteção Social de caráter suplementar e temporário, concedidas diretamente aos usuários, mediante parecer técnico do profissional de referência da Política de Assistência Social.

Dentre os benefícios previstos está o auxílio Alimentação, para complementar a alimentação fornecida às crianças, idosos, gestantes e nutrizes, compreendendo os itens da cesta básica.

A concessão de alimentos na forma de cesta básica no município será realizada como benefício eventual, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, com caráter emergencial e temporário, destinada ao atendimento de famílias em situação de insegurança alimentar grave, devidamente identificadas por avaliação técnica.

Tal provisão deverá estar articulada às ações estruturantes da Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, visando a superação da vulnerabilidade e a garantia do direito humano à alimentação adequada e contínua.

8.1.6 Programa de Aquisição de Alimentos – PAA

A modalidade Compra com Doação Simultânea promove a articulação entre a produção da agricultura familiar e as demandas locais de suplementação alimentar, além do desenvolvimento da economia local. Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são doados as pessoas em insegurança alimentar, por meio da rede socioassistencial ou equipamentos públicos de segurança alimentar.

A diversidade de alimentos integrantes da pauta do **PAA (programa de aquisição de alimentos)** contribui para a melhoria da condição nutricional da população beneficiária, para a preservação dos hábitos e da cultura alimentar local.

As refeições produzidas apresentam alto valor nutricional, viabilizando uma alimentação de qualidade e baixo custo para milhares de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. O fornecimento de alguns tipos de alimentos, tais como frutas e hortaliças, somente se viabilizou após o abastecimento via PAA.

As famílias, para além do aumento da renda, melhoram também sua própria dieta alimentar, pois passam a ter uma alimentação mais diversificada. Os agricultores produzem mais o que permite o aumentando da oferta de alimentos ao mercado local, ampliando o acesso da população local a uma maior diversidade de alimentos adequados e saudáveis.

São analisados minuciosamente na base de dados do PAA, os cadastros dos agricultores a qual se encaixava nas exigências do programa, trabalho esse a qual foi realizado junto a secretaria de Agricultura, atualmente agricultores estão aptos a fornecer para o programa. São realizadas vistorias técnicas nas áreas de cultivo dos produtores selecionados, para avaliar a qualidade e o quantitativo equivalente as características exigidas pelo programa, levando em consideração o comprometimento de cada produtor a qual foi selecionado, haja vista que alguns participam de outros programas e já havia uma demanda de fornecimento definida. Com isso pode se estabelecer uma meta pré-definida, de forma que não lesasse o programa.

Atualmente o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA tem cadastrado como unidade recebedora CAIPMEL – Casa do Mel, sociedade civil e os CRAS I e CRAS II (Que são; Equipamentos ligados à Política de Assistência Social).

O PAA possui dois públicos beneficiários: os fornecedores e os consumidores

de alimentos. Os beneficiários fornecedores são os agricultores familiares e os beneficiários consumidores são os indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição.

Em 2024, a Secretaria Municipal de Assistência Social executou 01 (um) PAA através de compra com doação simultânea (CDS), sendo este por adesão junto à Cooperativa dos Produtores Rurais de Paragominas.

Quadro 03 – Programa de Aquisição de Alimentos – PAA/Paragominas/2024

	Execução PAA/CONAB
Data de Início	25/01/2024
Nº da Proposta	PA/2023/02/0037
Valor Total	R\$ 569.999,56
Nº de Beneficiários/ Fornecedores	38 Agricultores da Agricultura Familiar de Paragominas/Pa
Unidade Receptora	Secretaria Municipal de Assistência Social, através do CRAS, CREAS, Unidade de Acolhimento
Destinação dos produtos	Rede Socioassistencial Pública
Beneficiários Consumidores	Pessoas e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atendidas pelo CRAS, CREAS e Unidade de Acolhimento Institucional.
Produtos adquiridos	Banana, batata doce, cariru, cebolinha, cheiro verde, couve, espinafre, goiaba, jambu, laranja, limão, maxixe, melancia, milho verde em espiga, pepino, pimenta verde, quiabo, e raiz de mandioca.
Total executado (kg)	125.886,000 kg
Valor Executado:	R\$ 569.999,56

Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, (2025).

Figura 03 - Distribuição das cestas verdes realizada pelos CRAS - Paragominas



Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social, (2025).

Contudo, para que a situação seja superada de forma sustentável, é essencial a implementação de ações estruturantes descritas abaixo:

Quadro 04 - Diretriz: Acesso a alimentação adequada, com foco nas famílias com insegurança alimentar e nutricional.

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2026	META 2027	META 2028	META 2029	FONTE DE DADOS	RESPONSÁVEL
Garantir acesso à alimentação	Distribuição de cestas básicas	Nº de famílias atendidas	4.000	6.000	8.000	10.000	CadÚnico / CRAS	Assistência Social
Reduzir insegurança alimentar grave	Acompanhamento familiar pelo PAIF	% de famílias acompanhadas	40%	60%	80%	100%	Prontuário SUAS CadÚnico	CRAS, CREAS
Ampliar proteção social	Inclusão em programas de transferência de renda	Nº de famílias incluídas	1.000	1.500	2.000	2.500	CadÚnico	Gestão CadÚnico
Fortalecer atendimento prioritário	Atendimento a gestantes, crianças e idosos	% de público prioritário atendido	50%	70%	90%	100%	CRAS	Assistência Social
Garantir alimentação emergencial	Atendimento com benefícios eventuais	Nº de concessões realizadas	1.000	2.000	3.000	4.000	Sistema SUAS	Assistência Social
Promover segurança alimentar continuada	Famílias com acompanhamento contínuo	% de famílias com plano de acompanhamento	30%	50%	70%	90%	Prontuário SUAS	CRAS, CREAS
Fortalecer	Mapeamento e	Nº de	2	3	4	4	Vigilância	Vigilância

OBJETIVO ESPECÍFICO	AÇÃO	INDICADOR	META 2026	META 2027	META 2028	META 2029	FONTE DE DADOS	RESPONSÁVEL
vigilância socioassistencial	Monitoramento da insegurança alimentar	relatórios produzidos					Socioassistencial	
Integrar políticas públicas	Ações intersetoriais realizadas	Nº de ações integradas	5	8	10	12	Relatórios intersetoriais	Gestão
Qualificação profissional e redução da pobreza	Oferecer cursos de aproveitamento integral dos alimentos para as famílias acompanhadas pelos serviços socioassistenciais. Incluir em cursos profissionalizantes.	Nº de indivíduos fora do mercado de trabalho	200	500	700	1.000	CadÚnico	ACESSUA S TRABALH O
Educação em Segurança Alimentar e Nutricional	Criar ações de educação alimentar nos equipamentos da assistência social. Formação de profissionais do SUAS.	Número de oficinas	10	20	30	40	RMA	Assistenci a Social/Nut rição
Redução da Fome	Apoiar as cozinhas solidárias em bairros e comunidades de maior vulnerabilidade social.	Apoiar 03 Cozinhas	1	2	2	3	Vigilância Socioassistencial	Assistenci a Social
Reduzir vulnerabilidade de extrema	Redução de famílias em insegurança grave	% de redução	10%	20%	35%	50%	CadÚnico / Diagnóstico	Gestão + Vigilância

9 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

A Educação constitui um eixo central na Política Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), por se configurar como um espaço estratégico para a formação integral do indivíduo e para a efetivação cotidiana do Direito Humano à

Alimentação Adequada (DHAA). Em Paragominas, a política educacional possui ampla capilaridade territorial e alcance populacional significativo, o que reforça seu papel estruturante no enfrentamento da insegurança alimentar nutricional e sustentável.

Atualmente, atende 81 escolas da rede municipal de ensino, distribuídas entre: 36 unidades na zona urbana, 35 na zona rural e 10 escolas indígenas, garantindo o acolhimento educacional em diferentes contextos territoriais, socioculturais e étnicos. A rede municipal oferta o ciclo de aprendizagem da Educação Infantil (incluindo creches com maternal), Ensino Fundamental I e II e Educação de Jovens e Adultos (EJA) e ensino integral, alcançando mais de 20 mil alunos matriculados, sendo 4.499 do infantil, 14.426 fundamental, 1.037 da EJA e 414 indígenas, na zona urbana e rural do município.

Nesse contexto, a alimentação escolar executada pela Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Alimentação Escolar (DAE), assume papel fundamental não apenas como política de acesso à alimentação adequada, mas também como ferramenta pedagógica, de promoção da saúde, de valorização da cultura alimentar local e de redução das desigualdades sociais. A execução da alimentação escolar no município está alinhada às diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), respeitando critérios nutricionais, sanitários, culturais e de sustentabilidade.

Um diferencial relevante da política de alimentação escolar em Paragominas é a atenção nutricional individualizada aos estudantes que apresentam laudos médicos e/ou exames comprobatórios de restrições alimentares, como alergias, intolerâncias, seletividade alimentar ou outras condições de saúde que demandem adequações específicas. A equipe de nutricionistas do município realiza atendimento individualizado junto às famílias, assegurando que a alimentação escolar seja ofertada de forma adequada às necessidades e particularidades de cada estudante.

No momento, mais de 400 alunos são acompanhados por meio desse atendimento especializado, todos com cardápios individualizados, elaborados de acordo com a condição clínica do estudante e articulados à rotina e à logística da alimentação escolar. Esse fluxo de trabalho garante segurança alimentar, inclusão, equidade no atendimento e efetividade da política pública, reafirmando o

compromisso do município com a promoção da saúde, da dignidade e do direito à alimentação adequada no ambiente escolar.

9.1 Objetivo Geral do Eixo Educação

Promover a Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável no ambiente escolar, garantindo acesso regular e permanente a uma alimentação adequada, saudável, segura e culturalmente apropriada, aliada a ações contínuas de educação alimentar e nutricional para estudantes, profissionais da educação e comunidade escolar.

9.2 Diretrizes do Eixo Educação

O eixo Educação da Política Municipal de Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável de Paragominas orienta-se por diretrizes que reconhecem a alimentação escolar como uma política pública estratégica, permanente e indissociável do processo educacional, da promoção da saúde e da garantia de direitos. Essas diretrizes estão alinhadas ao marco legal nacional da Segurança Alimentar e Nutricional e da Alimentação Escolar, bem como às especificidades territoriais, culturais e sociais do município.

A garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) no ambiente escolar constitui diretriz central, compreendendo a alimentação escolar como direito FNDE estudante e dever do Estado, conforme estabelecido na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei Federal nº 11.346/2006). Nesse sentido, a oferta de alimentação adequada, saudável, segura e em quantidade suficiente deve ocorrer de forma regular e contínua em todas as unidades escolares da rede municipal.

A política de alimentação escolar em Paragominas segue os princípios e diretrizes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), instituído pela Lei Federal nº 11.947/2009 e regulamentado por resoluções do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), especialmente no que se refere à promoção da alimentação saudável, à educação alimentar e nutricional, ao respeito à cultura alimentar local e à garantia de atendimento universal aos estudantes da

educação básica pública.

Constitui diretriz fundamental a integração da alimentação escolar ao processo pedagógico, reconhecendo a escola como espaço privilegiado para a formação de hábitos alimentares saudáveis ao longo da vida. As ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são desenvolvidas de forma contínua, interdisciplinar e articulada ao currículo escolar, conforme preconiza o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para as Políticas Públicas e as diretrizes do PNAE.

A equidade no atendimento é outra diretriz estruturante, assegurando atenção especial aos estudantes em situação de vulnerabilidade social, bem como àqueles que apresentam necessidades alimentares específicas. O município adota a diretriz da individualização do cuidado nutricional, garantindo cardápios adaptados a estudantes com restrições alimentares, alergias, intolerâncias ou condições clínicas específicas, em consonância com os princípios da universalidade, da integralidade e da inclusão.

A valorização da diversidade cultural, territorial e étnica do município orienta a elaboração dos cardápios e das ações educativas, respeitando hábitos alimentares regionais, modos de vida do campo e especificidades das comunidades indígenas, conforme previsto nas diretrizes da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e nas normativas do PNAE.

A qualificação permanente dos profissionais envolvidos na alimentação escolar constitui diretriz essencial para a efetividade da política pública. O município prioriza ações contínuas de formação em boas práticas de manipulação de alimentos, segurança e educação alimentar e nutricional, e a gestão da alimentação escolar, fortalecendo o papel dos trabalhadores como agentes promotores da saúde.

As ações estratégicas realizadas na Qualificação e Monitoramento da Alimentação Escolar envolve:

- Visitas técnicas periódicas realizadas por nutricionistas;
- Monitoramento da coleta de amostras das preparações;
- Análise contínua dos cardápios e da composição nutricional das refeições servidas;
- Elaboração dos cardápios da alimentação escolar pela equipe de

nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar (DAE), considerando as diretrizes do PNAE, as faixas etárias atendidas, os turnos (parcial e integral), os hábitos alimentares regionais e as necessidades alimentares específicas dos estudantes;

- Planejamento técnico da pauta para aquisição de gêneros alimentícios, com definição de quantitativos, especificações de qualidade e alinhamento entre cardápio planejado e processo de compras públicas;
- Aplicação de testes de aceitabilidade das preparações ofertadas aos estudantes, utilizando metodologia de avaliação de restos (resto ingestão) e, quando aplicável, escalas de avaliação sensorial;
- Execução do controle anual de saúde das manipuladoras de alimentos da rede municipal, com realização de exames médicos e laboratoriais, avaliação clínica e emissão/renovação da Carteira de Saúde do Manipulador de Alimentos, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde e a Vigilância Sanitária;
- Capacitação em Primeiros Socorros para Funcionários da Rede Escolar (Lei Lucas – Lei nº 13.722/2018);
- Atendimento nutricional individualizado a alunos da rede municipal com condições de saúde específicas, mediante apresentação de laudo médico ou exames comprobatórios.

Os dados apresentados no Gráfico 12, a seguir, reflete a quantidade efetiva de visitas realizadas em cada ciclo de monitoramento, constituindo registro fidedigno da execução das atividades no ano de 2025, acompanhadas da aplicação de checklist técnico padronizado e da elaboração de relatórios técnicos correspondentes.

Gráfico 12 - Percentual visitadas e checklists aplicados nas escolas de Paragominas, 2025.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação, (2025).

9.3 Articulação Intersetorial

As ações do eixo Educação serão desenvolvidas de forma articulada entre as Secretarias Municipais de Educação, Agricultura, Assistência Social, Saúde, e demais órgãos integrantes da CAISANS/Paragominas-PA, fortalecendo a abordagem Intersetorial da Segurança Alimentar Nutricional-SAN.

9.4 Monitoramento e Avaliação

O acompanhamento das ações será realizado por meio de relatórios técnicos, indicadores de desempenho, reuniões periódicas da CAISANS e do COMSEANS, garantindo a transparência, o controle social e a efetividade das ações previstas no Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Paragominas.

Por fim, a intersetorialidade orienta todas as ações do eixo Educação, promovendo a articulação entre as Secretarias de Educação, Agricultura, Assistência Social, Saúde e demais políticas públicas, no âmbito do Sistema

Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Essa diretriz assegura que a alimentação escolar seja compreendida como parte de um sistema integrado de políticas voltadas à garantia da segurança alimentar e nutricional no município.

Segue, em anexo, o Quadro 05 com as propostas elaboradas durante a realização do Fórum de Segurança Alimentar, Nutricional e Sustentável de Paragominas.

Quadro 05 – Propostas sobre Segurança Alimentar Nutricional e Sustentável de Paragominas do eixo Educação

	Objetivo Específico	Ação	Indicador	Meta 2026	Meta 2027	Meta 2028	Meta 2029	Fonte de dados	Responsável
01	Redução de Gêneros Ultraprocessados da Alimentação Escolar	Reduzir o percentual de gêneros alimentícios ultraprocessados nos cardápios da Alimentação Escolar de 15% para 10%.	Percentual de Ultraprocessados na Alimentação Escolar adquiridos com repasse do governo federal.	100 %	100 %	100 %	100 %	DAE / SEMEC	DAE / SEMEC
02	Pouca variedade na oferta de frutas e verduras na região em alguns meses do ano.	Investir em cultivo protegido , fazendo uso de estufas para aumentar a variedades de frutas e verduras, possibilitando a variedade no cardápio da Alimentação Escolar	Número de estufas no município com incentivo da prefeitura.	01	02	03	04	SEMA GRI / SEMEC	SEMAGRI / SEMEC
03	Pouca aceitação de verduras na Primeira Infância	Incentivar e executar atividades lúdicas que contribuam na aceitação de verduras por parte dos estudantes.	Número de atividades lúdicas desenvolvidas semestralment e nas escolas .	40	50	60	70	DAE	SEMEC, DAE

04	Poucas hortas escolares ativas, só 11 na zona urbana, e 27 na zona rural	Ampliar a política de Horta Escolar nas escolas da Rede de Ensino de Paragominas (Cultivo de hortaliças variadas e plantas medicinais)	Quantidade de escolas com hortas implantadas e ativas	38	42	46	50	SEMEC, SEMAGRI	SEMEC, SEMAGRI
05	Obesidade	Identificar o percentual de alunos com obesidade por escola e desenvolver atividades como rodas de conversa, palestras, oficinas, sobre alimentação saudável com os responsáveis	Avaliação Antropométrica (Peso, altura, idade) de todos os alunos da rede municipal e número de alunos participantes	65 %	70 %	75 %	80%	SEMEC	SEMEC
06	Desnutrição no município	Identificar o percentual de alunos com desnutrição por escola e encaminhar os casos identificados para acompanhamento nas UBS	Avaliação Antropométrica (Peso, altura, idade) de todos os alunos da rede municipal e número de alunos participantes	65 %	70 %	75 %	80%	SEMEC / SEMS / SEMAS	SEMEC / SEMS / SEMAS

Como observado no Quadro 05, essas propostas vieram para elucidar a importância do Plano de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável para assegurar que todos tenham acesso à alimentação adequada e saudável.

10 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

A Secretaria Municipal de Saúde desempenha papel estratégico na promoção da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), atuando de forma contínua para garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada e Saudável (DHAA) à população. Por meio da Atenção Primária à Saúde, são desenvolvidas ações de Vigilância Alimentar e Nutricional acompanhamento do estado nutricional dos diferentes ciclos de vida, prevenção e controle da desnutrição, do sobrepeso, da

obesidade e das doenças crônicas relacionadas à alimentação, além da promoção de práticas alimentares saudáveis fundamentadas no Guia Alimentar para a População Brasileira.

Atenção Básica de Saúde (ABS), também denominada Atenção Primária à Saúde (APS), constitui a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) e desempenha papel central na organização do cuidado, na promoção da saúde e na prevenção de agravos à população. Seu papel fundamental é garantir o acesso universal, contínuo e resolutivo às ações e serviços de saúde, atuando de forma territorializada, com foco na família e na comunidade.

Nesse contexto, destaca-se a atuação das equipes multiprofissionais da Atenção Primária à Saúde, compostas por médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, cirurgiões-dentistas, profissionais da e-Multi, Agentes Comunitários de Saúde e demais trabalhadores do SUS, que atuam de forma integrada e articulada para o fortalecimento e a qualificação das ações de saúde pública no município.

Ressalta-se, ainda, a preocupação do município quanto ao acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família na Saúde, à execução das ações de suplementação de micronutrientes e ao desenvolvimento de atividades de Educação Alimentar e Nutricional, voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável. Essas ações priorizam, especialmente, os grupos mais vulneráveis, como crianças na primeira infância, gestantes e famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional.

Nesse cenário, o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) configura-se como uma das principais ferramentas para o monitoramento contínuo dos indicadores do estado nutricional da população, subsidiando o planejamento, a avaliação e a tomada de decisões nas políticas públicas de saúde e de Segurança Alimentar e Nutricional no município.

A promoção de Segurança Alimentar e Nutricional no município também se fundamenta na intersetorialidade, sendo essencial a articulação entre saúde, assistência social, educação, locagricultura e demais políticas públicas. Essa integração possibilita o planejamento e a execução de ações conjuntas, como estratégias de educação alimentar nas escolas, incentivo à produção e ao consumo de alimentos locais e saudáveis, bem como o apoio às instâncias de

controle social, como o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional.

Dessa forma, a Secretaria Municipal de Saúde de Paragominas contribui significativamente para a consolidação de políticas públicas que assegurem o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, respeitando os aspectos culturais, sociais e ambientais, reafirmando seu compromisso com a promoção da saúde, da equidade e da qualidade de vida da população.

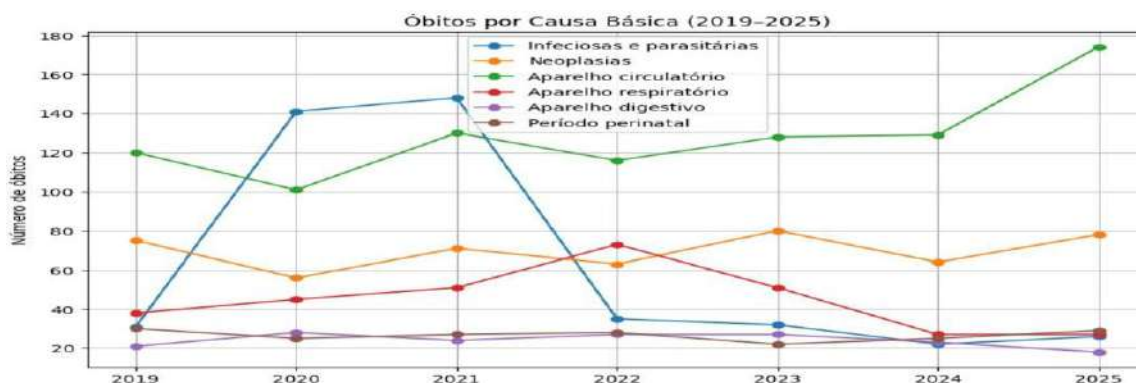
A saúde atua efetivamente no Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e nos Fóruns Municipais de Saúde, onde são debatidas e formadas às diretrizes e prioridades das políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, assegurando a participação da população no processo de planejamento e tomada de decisões. A Tabela 01 e o Gráfico 13 apresentam o número de óbitos e suas respectivas causas no período de 2019 a 2025.

Tabela 01 - Óbitos por causa básica de saúde (2019 a 2025)

DADOS DE ÓBITOS POR CAUSA BÁSICA DE 2019 A 2023								
CID	Descrição	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
A00-B99	Algumas doenças infecciosas e parasitárias	31	141	148	35	32	22	26
C00-D48	Neoplasias [tumores]	75	56	71	63	80	64	78
I00-I99	Doenças do aparelho circulatório	120	101	130	116	128	129	174
J00-J99	Doenças do aparelho respiratório	38	45	51	73	51	27	27
K00-K93	Doenças do aparelho digestivo	21	28	24	27	27	23	18
P00-P96	Algumas afecções originadas no período perinatal	30	25	27	28	22	25	29
	TOTAL	315	396	451	342	340	290	352

Fonte: SIM, (2026).

Gráfico 13 - Óbitos por motivo da saúde básica – ano 2019 a 2025.



Fonte: SIM, (2026).

De acordo com gráfico acima é possível observar que os dados de mortalidade por causa básica no período de 2019 a 2025 evidencia a manutenção

do padrão epidemiológico característico da transição demográfica e epidemiológica, com predominância das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT) como principais causas de óbito. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), as doenças crônicas não transmissíveis foram responsáveis por aproximadamente 70% das mortes registradas globalmente em 2019. No contexto brasileiro, no mesmo ano, as DCNT corresponderam a 41,8% do total de óbitos prematuros, ou seja, aqueles ocorridos na faixa etária de 30 a 69 anos (BRASIL, 2026).

Nota-se que, ao longo de toda a série histórica, as doenças do aparelho circulatório permaneceram como a principal causa de mortalidade, apresentando tendência de crescimento, especialmente no ano de 2025, quando foi registrado o maior número de óbitos desse grupo. Esse comportamento está diretamente associado à elevada prevalência de fatores de risco como hipertensão arterial, diabetes mellitus, sedentarismo, obesidade e envelhecimento populacional.

As neoplasias configuraram-se como a segunda principal causa de morte, mantendo comportamento relativamente estável durante o período analisado, com oscilações moderadas. As doenças do aparelho respiratório apresentaram crescimento até o ano de 2022, seguido de redução nos anos subsequentes.

No grupo das doenças infecciosas e parasitárias, verificou-se aumento expressivo nos anos de 2020 e 2021, seguidos de queda acentuada a partir de 2022. Esse padrão indica forte influência de eventos sanitários emergenciais, particularmente relacionados ao contexto pandêmico, com posterior redução após a retomada das ações de vigilância e assistência.

As doenças do aparelho digestivo mantiveram estabilidade ao longo do período, sem variações significativas, enquanto as afecções originadas no período perinatal apresentaram comportamento relativamente constante, evidenciando a necessidade contínua de fortalecimento das ações de atenção materno-infantil, qualificação do pré-natal e melhoria da assistência ao parto e ao recém-nascido.

De modo geral, os dados demonstram a consolidação do perfil de mortalidade por DCNT no território, destacando a relevância do fortalecimento das ações da Atenção Primária à Saúde, especialmente no controle dos fatores de risco cardiovasculares, promoção da alimentação adequada e saudável, prevenção da obesidade e ampliação das estratégias de vigilância em saúde. Além disso,

reforça-se a importância da manutenção das políticas voltadas à saúde materno-infantil, vigilância alimentar e nutricional e qualificação do cuidado integral, em consonância com as diretrizes do Sistema Único de Saúde.

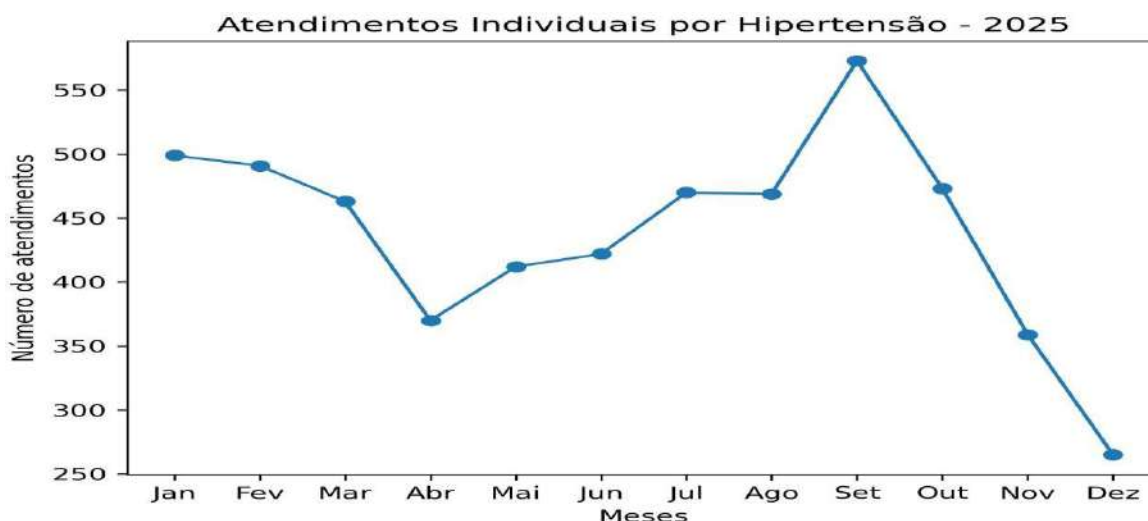
A Tabela 02 e o Gráfico 14 apresentam o número de atendimentos individualizados realizados com pessoas hipertensas no ano de 2025.

Tabela 02 - Atendimentos individuais realizados no ano de 2025 referentes a doenças crônicas não transmissíveis – Hipertensão.

ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS – 2025 DOENÇAS CRONICAS NÃO TRANSMISSIVEIS – HIPERTENSÃO	
JANEIRO	499
FEVEREIRO	491
MARÇO	463
ABRIL	370
MAIO	412
JUNHO	422
JULHO	470
AGOSTO	469
SETEMBRO	573
OUTUBRO	473
NOVEMBRO	359
DEZEMBRO	265
TOTAL:	5266

Fonte: ESUS PEC, 2026.

Gráfico 14 - Número de atendimentos individuais – Hipertensão Arterial.



Fonte: ESUS PEC, (2026).

Em 2025, foram registrados 5.266 atendimentos individuais relacionados à hipertensão arterial. Observou-se variação mensal, com maior número de

atendimentos em setembro (573) e menor em dezembro (265). Os resultados indicam flutuação sazonal na procura pelos serviços de saúde, com aumento no segundo semestre e redução no período final do ano.

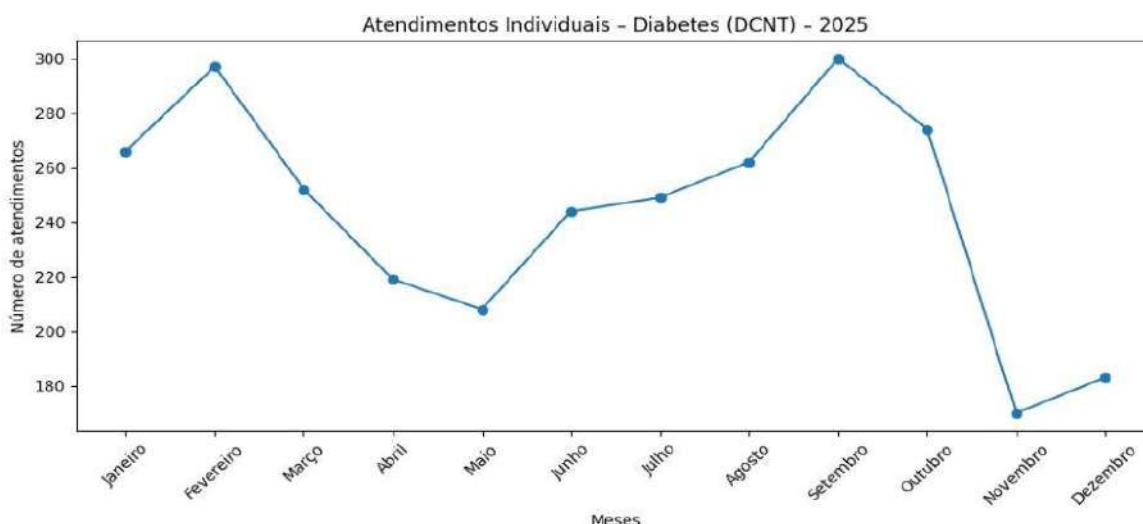
A Tabela 03 e o Gráfico 15 apresentam o número de atendimentos individualizados realizados com pessoas com diabetes no ano de 2025.

Tabela 03 - Atendimentos individuais realizados no ano de 2025 referentes a doenças crônicas não transmissíveis – Diabetes.

ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS - 2025 DOENÇAS CRONICAS NÃO TRANSMISSIVEIS - DIABETES	
JANEIRO	266
FEVEREIRO	297
MARÇO	252
ABRIL	219
MAIO	208
JUNHO	244
JULHO	249
AGOSTO	262
SETEMBRO	300
OUTUBRO	274
NOVEMBRO	170
DEZEMBRO	183
TOTAL:	2.924

Fonte: ESUS PEC, (2026).

Gráfico 15 - Número de atendimentos individuais –Diabetes.



Fonte: ESUS PEC, (2026).

Os resultados evidenciam elevada demanda por atendimentos individuais relacionados ao Diabetes Mellitus ao longo de 2025, totalizando 2.924 atendimentos, o que reforça a magnitude das Doenças Crônicas Não

Transmissíveis (DCNT) como um dos principais desafios para os sistemas de saúde. Esse achado é consistente com o cenário epidemiológico nacional, no qual o diabetes se destaca como uma das condições crônicas de maior prevalência, morbidade e impacto econômico, especialmente no contexto da Atenção Primária à Saúde (APS).

A variação mensal observada no número de atendimentos demonstra um padrão relativamente esperado em séries assistenciais. O aumento progressivo entre os meses de junho e setembro pode estar relacionado ao fortalecimento de ações programáticas, como busca ativa, acompanhamento longitudinal e intensificação de estratégias de monitoramento clínico. Estudos indicam que intervenções organizadas na APS, incluindo acompanhamento multiprofissional, educação em saúde e monitoramento contínuo, contribuem significativamente para o aumento da adesão ao cuidado e para a ampliação do acesso aos serviços (MENDES, 2012; BRASIL, 2013).

Por outro lado, a redução observada nos meses finais do ano, especialmente em novembro e dezembro, é um fenômeno descrito na literatura e frequentemente associado a fatores sazonais, como períodos festivos, férias de profissionais e diminuição da procura espontânea por serviços de saúde.

Do ponto de vista epidemiológico, o volume expressivo de atendimentos reflete o crescimento da prevalência do diabetes no Brasil, que está associado a determinantes sociais, transição nutricional, envelhecimento populacional e aumento do sedentarismo. Segundo a Organização Mundial da Saúde, o diabetes representa uma das principais causas de mortalidade prematura e incapacidade, exigindo estratégias integradas de prevenção, diagnóstico precoce e acompanhamento contínuo (WHO, 2016).

Nesse contexto, a APS desempenha papel central na coordenação do cuidado às DCNT, sendo responsável por ações de promoção da saúde, vigilância nutricional, acompanhamento clínico e prevenção de complicações. A literatura destaca que o manejo adequado do diabetes na atenção primária reduz hospitalizações evitáveis, melhora o controle glicêmico e diminui custos para o sistema de saúde (SBD, 2023; BRASIL, 2021).

Portanto, os dados analisados reforçam a importância da manutenção e do fortalecimento das ações programáticas voltadas ao acompanhamento do diabetes,

especialmente aquelas relacionadas à educação alimentar e nutricional, monitoramento sistemático e integração multiprofissional, visando garantir a longitudinalidade e a integralidade do cuidado.

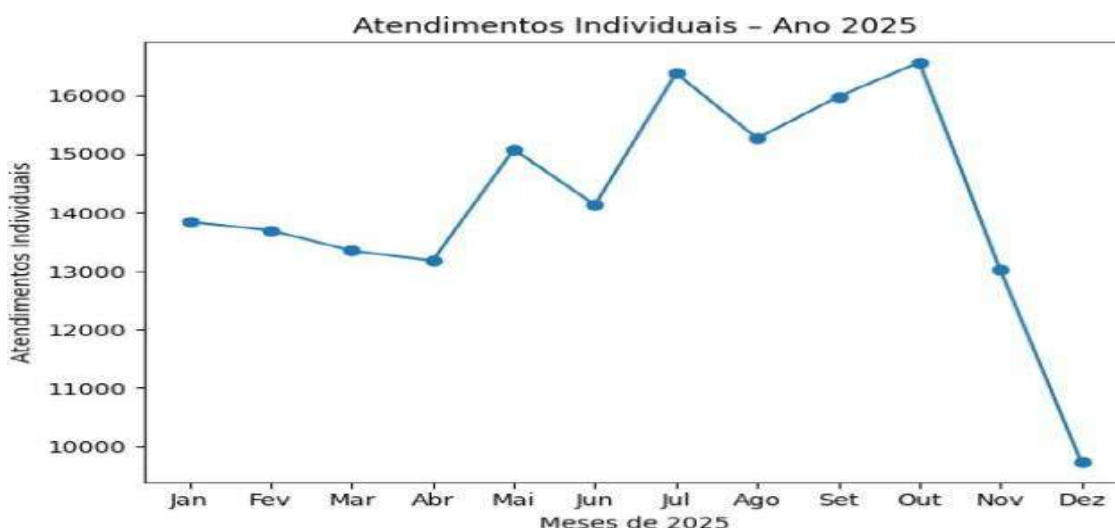
A Tabela 04 e o Gráfico 16 apresentam o número total de atendimentos individualizados gerais realizados no ano de 2025.

Tabela 04 - Total de atendimentos individuais na ESF registrados em 2025.

ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS - ANO 2025 GERAL	
JANEIRO	13.841
FEVEREIRO	13.695
MARÇO	13.347
ABRIL	13.180
MAIO	15.080
JUNHO	14.131
JULHO	16.384
AGOSTO	15.270
SETEMBRO	15.983
OUTUBRO	16.570
NOVEMBRO	13.013
DEZEMBRO	9.727
TOTAL:	170.221

Fonte: ESUS PEC, (2026).

Gráfico 16 - Número de atendimentos individuais para todas as patologias.



Fonte: ESUS PEC, (2026).

A análise dos atendimentos individuais realizados em 2025 demonstra variações mensais típicas da dinâmica organizacional da Atenção Primária à

Saúde. Observa-se redução discreta no primeiro quadrimestre do ano, seguida de aumento progressivo a partir de maio, com maiores registros entre julho e outubro. Esse crescimento pode estar relacionado à ampliação do acesso, intensificação das ações programáticas e maior organização do processo de trabalho das equipes, fatores que contribuem diretamente para o aumento da produção assistencial (BRASIL, 2017).

Nos dois últimos meses do ano, verifica-se queda significativa no número de atendimentos, comportamento frequentemente associado às festividades do final de ano e a redução da demanda espontânea. Esse padrão é comum em séries históricas da Atenção Primária e reflete a dinâmica de funcionamento dos sistemas locais de saúde (STARFIELD, 2002).

O total anual de atendimentos evidencia a elevada capacidade assistencial da Atenção Primária, reforçando seu papel como principal porta de entrada do sistema de saúde, responsável pela coordenação do cuidado, prevenção de agravos e acompanhamento contínuo da população (Organização Mundial da Saúde, 2018).

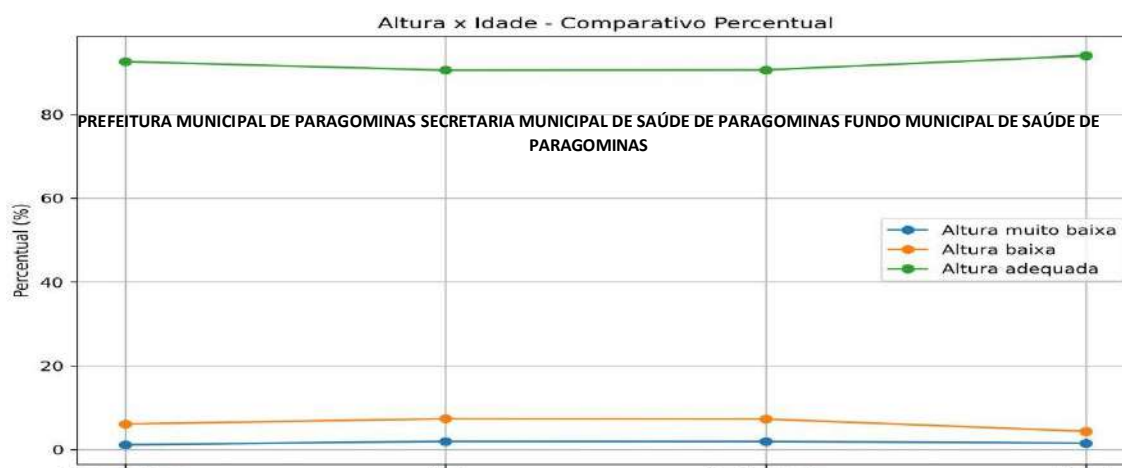
A Tabela 05 e o Gráfico 17 apresentam o estado nutricional por altura para a idade em adolescentes no ano de 2025.

Tabela 05 – Estado Nutricional por Altura x Idade – Adolescente (2025).

ALTURA X IDADE											
	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Altura Muito Baixa		Altura Baixa		Altura Adequado		Total
					para a Idade		para a Idade		para a Idade		
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORTE	15	PA	150550	PARAGOMINAS	104	1.17%	545	6.13%	8.235	92.69%	8.884
TOTAL ESTADO PARÁ					11.459	2.01%	42.187	7.4%	516.703	90.59%	570.349
TOTAL REGIÃO NORTE					25.684	1.99%	94.598	7.34%	1.167.921	90.66%	1.288.203
TOTAL BRASIL					138.024	1.56%	383.648	4.34%	8.327.686	94.1%	8.849.358

Fonte: SISVAN, (2026).

Gráfico 17 - Estado nutricional por Altura x Idade (2025).



Fonte: SISVAN, (2026).

A interpretação do gráfico evidencia o perfil nutricional infantil comparativo entre Paragominas, Estado do Pará, Região Norte e Brasil, permitindo identificar padrões e diferenças relevantes.

Observa-se que, em Paragominas, a grande maioria das crianças apresenta altura adequada para a idade (92,69%), resultado semelhante ao padrão regional e estadual, embora ligeiramente inferior à média nacional (94,1%). Esse achado indica, de modo geral, uma situação nutricional favorável no município, sugerindo boa cobertura das ações de promoção da saúde, acompanhamento do crescimento e acesso aos serviços da Atenção Primária.

Em relação aos déficits estaturais, verifica-se que o percentual de altura baixa para idade (6,13%) em Paragominas encontra-se abaixo do registrado no Estado do Pará e na Região Norte, mas acima da média nacional, demonstrando que, embora a situação seja relativamente melhor que o contexto regional ainda persiste desigualdades nutricionais associadas a fatores socioeconômicos e condições de vida.

Quanto à altura muito baixa para idade (1,17%), indicador relacionado à desnutrição crônica mais grave, o município apresenta proporção inferior às médias estadual, regional e nacional.

De forma geral, o gráfico revela um cenário em que predomina o crescimento adequado, mas que ainda evidencia a presença de déficits estaturais, reforçando a importância do monitoramento contínuo, das ações intersetoriais e do fortalecimento das políticas públicas voltadas à segurança alimentar, atenção

nutricional e redução das desigualdades sociais.

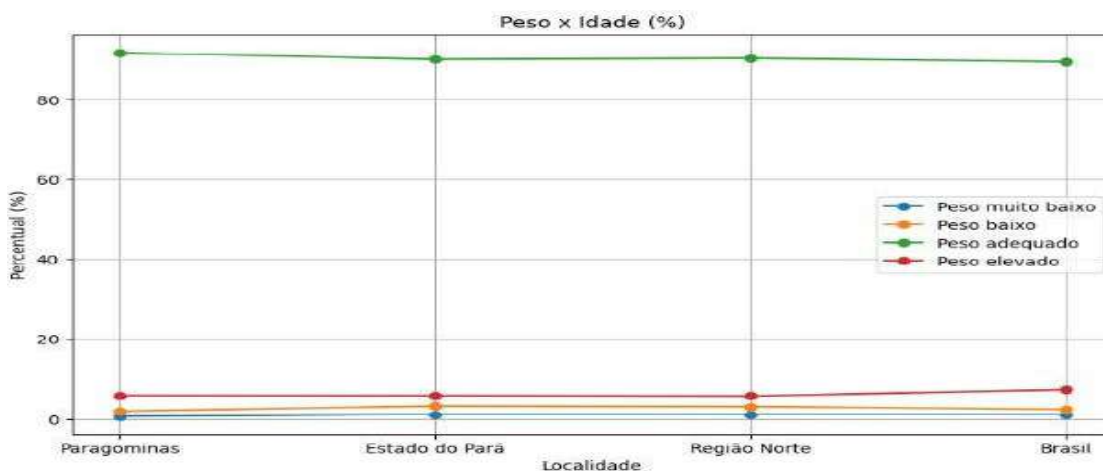
A Tabela 06 e o Gráfico 18 apresentam o estado nutricional por peso para a idade em crianças de 0 a 5 anos.

Tabela 06 - Estado Nutricional por Peso x Idade – Crianças de 0 a 5 anos (2025).

PESO X IDADE													
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Peso Muito Baixo para a Idade		Peso Baixo para a Idade		Peso Adequado ou Eutrófico		Peso Elevado para a Idade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
					NORTE	15	PA	150550	PARAGOMINAS	45	0.62%	137	
TOTAL ESTADO PARÁ					5.078	1.07%	14.972	3.14%	429.278	90.07%	27.296	5.73%	476.624
TOTAL REGIÃO NORTE					10.696	1.03%	31.621	3.05%	936.664	90.29%	58.392	5.63%	1.037.373
TOTAL BRASIL					78.539	0.99%	186.123	2.34%	7.108.860	89.44%	574.315	7.23%	7.947.837

Fonte: SISVAN, (2026).

Gráfico 18 - Estado nutricional por Peso x Idade (2025).



Fonte: SISVAN, (2026).

A avaliação do estado nutricional por meio do indicador Peso por Idade demonstra que a grande maioria das crianças encontra-se classificada na categoria de peso adequado para a idade em todas as esferas territoriais analisadas. Em Paragominas, essa proporção alcança aproximadamente 91,57%, valor semelhante ao observado no Estado do Pará (90,07%), na Região Norte (90,29%) e no Brasil (89,44%). Esse resultado indica, de modo geral, um cenário favorável quanto ao crescimento ponderal infantil, refletindo adequadas condições de acompanhamento nutricional e acesso às ações de atenção primária (BRASIL,

2011; WHO, 2006).

Em relação ao baixo peso para a idade, os percentuais observados permanecem reduzidos em todos os territórios, porém com variações regionais. Paragominas apresenta cerca de 1,90%, percentual inferior ao registrado no Estado do Pará (3,14%) e na Região Norte (3,05%), demonstrando situação relativamente mais favorável no município. O baixo peso muito grave apresenta ocorrência ainda menor, mantendo-se abaixo de 1,1% em todos os níveis analisados, caracterizando baixa magnitude desse agravo, o que é consistente com a tendência nacional de redução da desnutrição infantil nas últimas décadas (MONTEIRO et al., 2010; VICTORA et al., 2021).

Por outro lado, destaca-se a presença do peso elevado para a idade, que, embora não represente a maioria dos casos, apresenta percentuais relevantes. Em Paragominas, o indicador atinge cerca de 5,91%, valor semelhante ao observado no Estado e na Região Norte, porém inferior ao percentual nacional (7,23%). Esse dado sinaliza tendência de transição nutricional, caracterizada pela redução dos déficits nutricionais e aumento progressivo do excesso de peso na infância, fenômeno amplamente descrito na literatura epidemiológica (POPKIN, 2004; CONDE; MONTEIRO, 2014).

De forma geral, o perfil identificado demonstra predomínio do estado nutricional adequado, baixa prevalência de desnutrição e presença crescente do excesso de peso, evidenciando a necessidade de fortalecimento contínuo das ações de promoção da alimentação saudável, prevenção da obesidade infantil e monitoramento sistemático do crescimento e desenvolvimento no âmbito da Atenção Primária à Saúde (BRASIL, 2015; WHO, 2020).

Nesse contexto, reforça-se a importância da utilização do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) como instrumento estratégico de vigilância, subsidiando o planejamento de ações intersetoriais voltadas à segurança alimentar e nutricional, à qualificação do cuidado na primeira infância e ao alcance das metas relacionadas às políticas públicas de saúde e nutrição (BRASIL, 2011; JAIME et al., 2011).

A Tabela 07 e o Gráfico 19 apresentam o IMC por semana gestacional no ano de 2025.

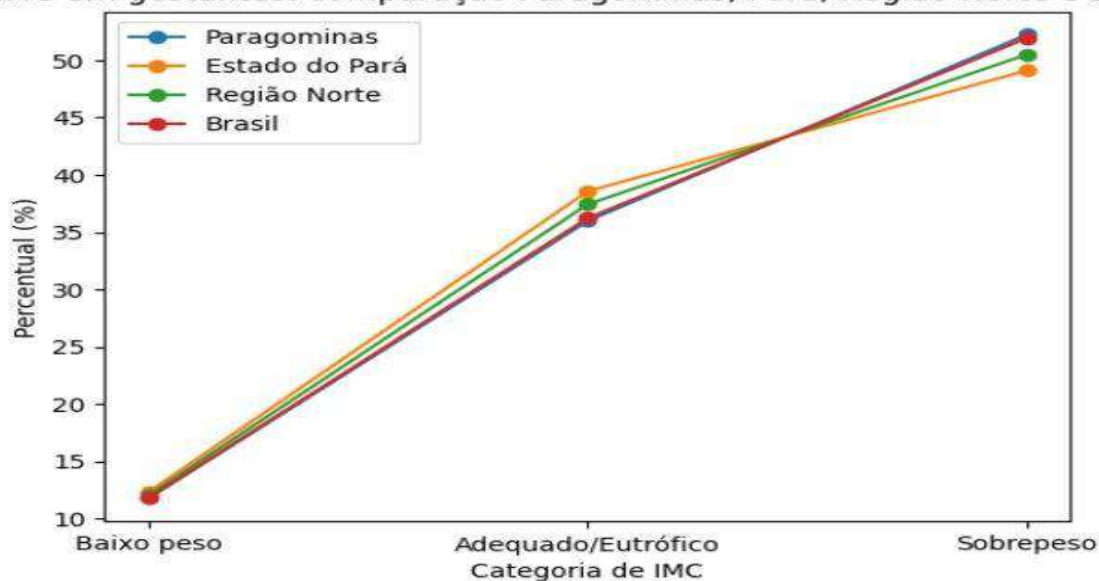
Tabela 07 - IMC por semana gestacional (2025).

IMC por semana gestacional													
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORTE	15	PA	150550	PARAGOMINAS	63	13.94%	169	37.39%	130	28.76%	90	19.91%	452
TOTAL ESTADO PARÁ					5.131	14.26%	12.587	34.98%	10.742	29.85%	7.522	20.9%	35.982
TOTAL REGIÃO NORTE					10.645	14.2%	25.816	34.44%	22.172	29.58%	16.320	21.77%	74.953
TOTAL BRASIL					93.520	11.43%	245.966	30.07%	241.554	29.53%	236.882	28.96%	817.922

Fonte: SISVAN, (2026).

Gráfico 19 - IMC por semana gestacional (2025).

IMC em gestantes: comparação Paragominas, Pará, Região Norte e Brasil



Fonte: SISVAN, (2026).

A avaliação do estado nutricional das gestantes, segundo o indicador Índice de Massa Corporal (IMC) por semana gestacional, permite identificar o perfil nutricional e os principais riscos associados à saúde materno-infantil no município de Paragominas, em comparação ao Estado do Pará, Região Norte e Brasil.

Os resultados evidenciam que a maioria das gestantes de Paragominas apresentou IMC adequado, com prevalência superior às médias do Estado do Pará, da Região Norte e do Brasil. Esse achado sugere que o município possui um

perfil nutricional relativamente favorável, possivelmente relacionado a melhores condições socioeconômicas locais, maior cobertura de pré-natal ou maior acesso a serviços de saúde e orientações nutricionais. Estudos indicam que o acompanhamento pré-natal adequado contribui para a manutenção do estado nutricional eutrófico durante a gestação, reduzindo riscos maternos e fetais (Rasmussen & Yaktine, 2009).

Entretanto, a prevalência de baixo peso em Paragominas foi semelhante ao contexto regional e superior à média nacional, o que pode refletir desigualdades sociais, insegurança alimentar e dificuldades no acesso a alimentos adequados. O baixo peso materno está associado ao maior risco de restrição de crescimento intrauterino, parto prematuro e baixo peso ao nascer, configurando-se como um importante problema de saúde pública, especialmente em regiões com menor desenvolvimento socioeconômico (Victora et al., 2008).

O sobrepeso apresentou percentuais semelhantes entre Paragominas, Pará, Região Norte e Brasil, indicando que o excesso de peso é um fenômeno amplamente disseminado no país. Esse padrão pode estar relacionado à transição nutricional, caracterizada pelo aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, sedentarismo e mudanças no estilo de vida, fatores que têm contribuído para o aumento da prevalência de doenças crônicas não transmissíveis (Monteiro et al., 2013).

A obesidade gestacional apresentou menor prevalência em Paragominas em comparação ao Brasil, porém valores próximos aos observados no Estado do Pará e na Região Norte.

Os resultados reforçam a presença da dupla carga da má nutrição, caracterizada pela coexistência de baixo peso e excesso de peso na mesma população. Esse fenômeno tem sido amplamente descrito em países em desenvolvimento e representa um desafio para políticas públicas de saúde, exigindo estratégias integradas de promoção da alimentação saudável, educação nutricional e fortalecimento da atenção pré-natal (WHO, 2017).

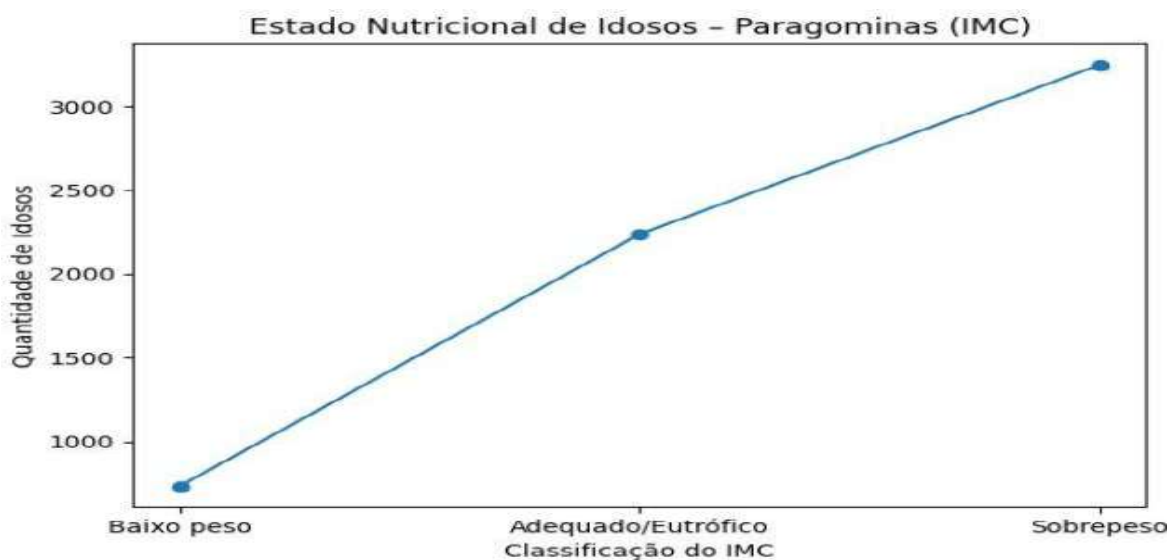
A Tabela 08 e o Gráfico 20 apresentam o estado nutricional dos idosos por região no ano de 2025.

Tabela 08 - Estado Nutricional dos idosos por Região (2025).

Estado Nutricional de Idosos – IMC											
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
NORTE	15	PA	150550	PARAGOMINAS	733	11.79%	2.237	35.98%	3.247	52.23%	6.217
TOTAL ESTADO PARÁ					49.311	12.33%	154.297	38.57%	196.393	49.1%	400.001
TOTAL REGIÃO NORTE					113.391	12.06%	351.820	37.43%	474.626	50.5%	939.837
TOTAL BRASIL					1.485.889	11.85%	4.539.659	36.22%	6.508.778	51.93%	12.534.326

Fonte: SISVAN, (2026).

Gráfico 20 - Estado Nutricional de Idosos – IMC (2025).



Fonte: SISVAN, (2026).

Os dados referentes ao estado nutricional de idosos em Paragominas evidenciam predominância do excesso de peso, com maior proporção de indivíduos classificados com sobrepeso, seguido pelo estado eutrófico e, em menor magnitude, pelo baixo peso. Esse padrão é consistente com o perfil nutricional observado em idosos no contexto brasileiro, caracterizado pela coexistência de agravos relacionados tanto à desnutrição quanto ao excesso de peso.

A elevada prevalência de sobrepeso entre idosos reflete mudanças no

padrão alimentar e no estilo de vida ao longo do processo de envelhecimento populacional. Estudos indicam que a transição nutricional, marcada pela maior disponibilidade de alimentos ultraprocessados e pela redução dos níveis de atividade física, tem contribuído para o aumento do excesso de peso em todas as faixas etárias, incluindo a população idosa (POPKIN; ADAIR; NG, 2012). Esse cenário representa importante preocupação em saúde pública, uma vez que o excesso de peso nessa faixa etária está associado ao aumento do risco de doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes mellitus, hipertensão arterial e doenças cardiovasculares.

Por outro lado, a presença de percentual relevante de idosos com baixo peso evidencia a persistência da vulnerabilidade nutricional nesse grupo populacional. O baixo peso em idosos está frequentemente relacionado a fatores como insegurança alimentar, doenças crônicas, alterações fisiológicas do envelhecimento, redução do apetite e limitações funcionais, podendo resultar em maior risco de fragilidade, hospitalizações e mortalidade (Organização Mundial da Saúde, 2021).

No contexto da Vigilância Alimentar e Nutricional, os resultados reforçam a importância do monitoramento sistemático do estado nutricional dos idosos por meio do SISVAN, instrumento essencial para identificar precocemente situações de risco e subsidiar ações de cuidado integral na Atenção Primária à Saúde. Segundo o Ministério da Saúde, a vigilância nutricional em idosos é fundamental para orientar estratégias de promoção do envelhecimento saudável, prevenção de agravos e qualificação do cuidado longitudinal.

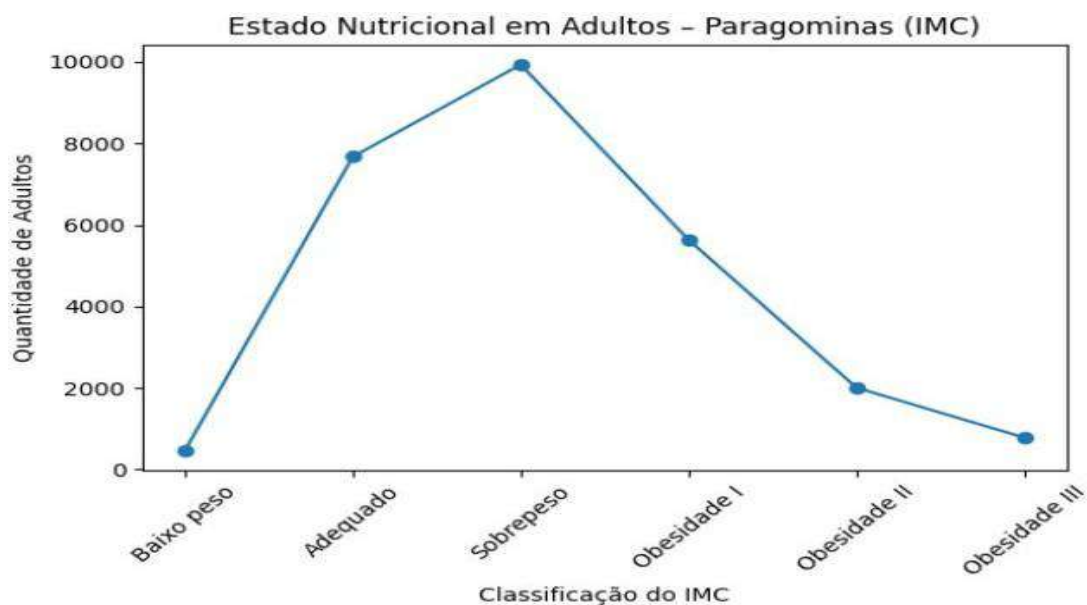
A Tabela 09 e o Gráfico 21 apresentam o estado nutricional em adultos com base no IMC no ano de 2025.

Tabela 09 - Estado Nutricional em Adultos - IMC (2025).

Estado Nutricional em Adultos - IMC																	
Região	Código UF	UF	Código IBGE	Município	Baixo peso		Adequado ou Eutrófico		Sobrepeso		Obesidade Grau I		Obesidade Grau II		Obesidade Grau III		Total
					Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
					NORTE	15	PA	150550	PARAGOMINAS	460	1.74%	7.672	28.97%	9.932	37.5%	5.633	
TOTAL ESTADO PARÁ					29.744	1.91%	474.285	30.38%	585.546	37.5%	321.073	20.56%	107.995	6.92%	42.692	2.73%	1.561.335
TOTAL REGIÃO NORTE					68.733	1.99%	1.059.075	29.25%	1.325.599	36.61%	774.077	21.38%	274.968	7.59%	118.189	3.26%	3.620.641
TOTAL BRASIL					566.704	1.81%	8.545.828	27.23%	10.881.722	34.67%	6.968.828	22.21%	2.878.726	9.17%	1.541.969	4.91%	31.383.777

Fonte: SISVAN, (2026).

Gráfico 21: Estado Nutricional em Adultos – IMC (2025).



Fonte: SISVAN, (2026).

Os resultados evidenciam um perfil nutricional caracterizado pela predominância do excesso de peso na população adulta analisada, com maior concentração na categoria de sobrepeso e proporções expressivas nas diferentes classes de obesidade. Esse padrão é compatível com o processo de transição

nutricional, no qual ocorre redução progressiva da desnutrição e aumento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), fenômeno amplamente descrito na literatura científica (POPKIN; ADAIR; NG, 2012).

A elevada prevalência de excesso de peso observada acompanha a tendência nacional. Dados de vigilância indicam crescimento contínuo desse agravo entre adultos brasileiros, associado a mudanças no padrão alimentar, aumento do consumo de alimentos ultraprocessados e redução dos níveis de atividade física (BRASIL, 2024). Esse cenário confirma o excesso de peso como um dos principais desafios atuais para a saúde pública no país.

Nesse contexto, destaca-se a importância do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN, instrumento fundamental para o monitoramento contínuo do estado nutricional e do consumo alimentar da população atendida na Atenção Primária à Saúde. O SISVAN possibilita a identificação precoce de agravos nutricionais, subsidiando o planejamento, a implementação e a avaliação de ações e políticas públicas voltadas à promoção da saúde e prevenção das DCNT (BRASIL, 2015). Assim, os dados analisados reforçam o papel estratégico desse sistema na produção de informações para a tomada de decisão em saúde.

Além disso, os achados devem ser interpretados à luz do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN), entendido como a garantia do acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais, conforme estabelecido pela legislação brasileira (CONSEAN, 2006). Paradoxalmente, a insegurança alimentar pode coexistir com o excesso de peso, especialmente em contextos de vulnerabilidade social, nos quais há maior acesso a alimentos de baixo custo e alta densidade energética, contribuindo para padrões alimentares inadequados.


Do ponto de vista epidemiológico, o excesso de peso constitui importante fator de risco para o desenvolvimento de DCNT, incluindo diabetes mellitus tipo 2, hipertensão arterial sistêmica e doenças cardiovasculares. A Organização Mundial da Saúde aponta que a obesidade representa uma das principais causas evitáveis de morbimortalidade global, estando associada a impactos significativos sobre a qualidade de vida e os sistemas de saúde (WHO, 2023).

Dessa forma, os resultados evidenciam a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais de promoção da alimentação adequada e saudável, educação

alimentar e nutricional e incentivo à prática de atividade física, especialmente no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Ressalta-se, ainda, a importância da integração entre as políticas de Vigilância Alimentar e Nutricional e Segurança Alimentar e Nutricional para o enfrentamento dos determinantes sociais relacionados ao excesso de peso e à melhoria das condições de saúde da população.

A Tabela 10 apresenta o relatório de aplicação dos marcadores de consumo alimentar realizados nas ESF no ano de 2025.

Tabela 10 - Relatório de marcadores de Consumo Alimentar (2025).



MINISTÉRIO DA SAÚDE
ESTADO DE PARÁ
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS

FILTROS: Período: 01/01/2025 a 31/12/2025 | Unidade de saúde: Todas | Equipe: Todas | Profissional: Todos | CBO: Todos | Nível de detalhe: Unidade de saúde | Filtros personalizados: Nenhum

Relatório de marcadores de consumo alimentar - Série histórica

Unidade de saúde	01/2025	02/2025	03/2025	04/2025	05/2025	06/2025	07/2025	08/2025	09/2025	10/2025	11/2025	12/2025	Total
Centro de Recuperação Regional de Paragominas	0	0	0	23	21	0	0	37	58	57	30	0	226
Emult Paragominas	27	27	0	19	0	0	0	0	0	1	0	1	75
Posto de Saúde Píria	0	0	0	0	3	3	5	13	3	6	7	5	45
Secretaria Municipal de Saúde de Paragominas	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
U e S Colonia do Uraim	2	3	4	15	13	11	19	12	11	1	7	5	103
U e S F Caip	48	64	96	152	159	146	122	103	140	134	95	26	1.285
U e S F Cidade Nova	18	32	52	66	37	37	90	95	108	79	25	29	668
U e S F Colonia Potirita	0	1	1	5	5	10	26	26	30	12	22	5	143
U e S F Enf Rosângela V Silva	37	29	40	40	34	39	67	69	53	44	49	37	538
U e S F Jaderlandia	24	54	56	78	117	65	102	94	89	104	117	63	963
U e S F Jardim Atlantico	215	185	223	166	267	286	283	263	319	249	80	154	2.690
U e S F Jardim Bela Vista	26	32	23	12	24	25	47	76	88	52	58	53	516
U e S F Jardim Camboatá	150	125	131	177	205	201	210	204	212	165	172	104	2.056
U e S F Juscelino Kubitschek	1	14	21	23	9	27	44	62	80	60	106	45	492
U e S F Km 11	1	20	42	33	30	30	35	54	31	39	40	50	405
U e S F Laercio Cabelline	77	94	165	127	194	199	217	166	213	198	64	34	1.748
U e S F Morada do Sol	41	30	17	25	9	27	11	19	54	45	21	3	302
U e S F Promissao II	9	11	11	18	5	10	45	8	18	32	122	70	359
U e S F Promissao III	38	63	66	61	41	57	73	97	99	113	103	119	930
U e S F Uraim II	50	33	54	42	51	64	66	74	76	26	37	45	618
Unidade Basica de Saude Delcileia Maria de Aguiar Pinto	33	58	80	87	81	79	86	90	158	76	70	89	987
Upa Paragominas Solange Maria do Nascimento Melo	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Total geral:	807	875	1.082	1.169	1.305	1.316	1.548	1.562	1.840	1.493	1.225	937	15.159

Fonte: ESUS PEC, (2026).

Os marcadores de consumo alimentar são um conjunto de perguntas padronizadas utilizadas no Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricionais (SISVAN) para avaliar, de forma rápida e prática, os padrões de alimentação da população. Eles investigam a frequência do consumo de determinados grupos de alimentos, permitindo identificar se a alimentação está mais próxima de um padrão saudável ou não saudável. Esses marcadores são baseados nas recomendações do Guia

Alimentar para a População Brasileira e são aplicados principalmente na Atenção Primária à Saúde, durante atendimentos individuais, ações coletivas e acompanhamento de grupos prioritários.

Os marcadores de consumo alimentar são instrumentos fundamentais para a Segurança Alimentar e Nutricional, pois permitem diagnosticar, monitorar e intervir sobre os padrões alimentares da população, evidenciando se o acesso à alimentação adequada, saudável e sustentável está sendo efetivamente garantido. Dessa forma, constituem uma base essencial para o planejamento de políticas públicas, a atuação intersetorial e a promoção do direito à alimentação no âmbito do SUS. A Tabela 10 representa a quantidade de marcadores de consumo alimentar realizado na Estratégia Saúde da Família (ESF) no decorrer do ano de 2025. Segue na tabela abaixo o quantitativo de marcadores de consumo alimentar aplicado nas ESF do município.

Os dados apresentados no relatório de marcadores de consumo alimentar evidenciam a evolução das ações de Vigilância Alimentar e Nutricional no município ao longo do ano de 2025, refletindo diretamente a operacionalização do SISVAN no âmbito da Atenção Primária à Saúde. Observa-se um crescimento progressivo do número de registros ao longo dos meses iniciais e intermediários do ano, passando de 807 registros em janeiro para um pico de 1.840 em setembro, o que demonstra ampliação da incorporação das ações de vigilância alimentar na rotina dos serviços de saúde.

Esse aumento gradual sugere maior sensibilização das equipes quanto à importância do monitoramento do consumo alimentar, além do fortalecimento das práticas de registro no sistema. O SISVAN constitui um instrumento estratégico para o acompanhamento do perfil alimentar e nutricional da população, permitindo a identificação precoce de fatores de risco associados às doenças crônicas não transmissíveis, bem como subsidiando o planejamento de ações de promoção da saúde e prevenção de agravos (BRASIL, 2015).

A partir do último trimestre do ano, observa-se redução progressiva no volume de registros, com queda para 1.493 em outubro, 1.225 em novembro e 937 em dezembro. Esse comportamento é frequentemente observado em séries históricas do SISVAN e pode estar relacionado a fatores operacionais, como rotatividade de profissionais, acúmulo de demandas assistenciais, reorganização

dos processos de trabalho e redução de atividades coletivas no período de final de ano. Tal oscilação reforça a necessidade de institucionalização das ações de vigilância alimentar como prática contínua e integrada à rotina das equipes de saúde. Para fortalecer as ações de Vigilância Alimentar e Nutricional, toda a equipe da Atenção Básica de Saúde participou de capacitação voltada à importância do registro dos marcadores de consumo alimentar. Na ocasião, também foi realizada uma apresentação sobre o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional - SISVAN, abordando suas funcionalidades, relevância para o monitoramento do perfil alimentar da população e sua utilização como instrumento de apoio ao planejamento e à qualificação das ações de promoção da saúde no território.

No contexto da Segurança Alimentar e Nutricional, o monitoramento dos marcadores de consumo alimentar por meio do SISVAN é fundamental para a compreensão das condições de acesso, disponibilidade e padrões de consumo alimentar da população. Esses dados permitem identificar práticas alimentares inadequadas, como o consumo elevado de alimentos ultraprocessados e a baixa ingestão de alimentos in natura, subsidiando a formulação de estratégias intersetoriais voltadas à promoção da alimentação adequada e saudável (CONSEAN, 2006).

Dessa forma, os resultados evidenciam avanços na consolidação do SISVAN como ferramenta de gestão e cuidado em saúde, ao mesmo tempo em que apontam desafios relacionados à regularidade e cobertura dos registros. O fortalecimento das ações de vigilância alimentar e nutricional, aliado à integração com políticas de Segurança Alimentar e Nutricional, apresenta-se essencial para o enfrentamento dos determinantes sociais do estado nutricional e para a qualificação das ações de promoção da saúde no território.

10.1 Triagem nutricional e segurança alimentar e nutricional

Considerando a ampla ação do Sistema Único de Saúde, especialmente por meio da Atenção Primária à Saúde, destaca-se seu papel na identificação precoce de vulnerabilidades sociais e nutricionais. Nesse contexto, a Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição, vinculada ao Ministério da

Saúde, passou a recomendar, a partir de 2022, a utilização da Triagem para Risco de Insegurança Alimentar (TRIA).

A triagem nutricional constitui estratégia essencial na atenção à saúde por permitir a identificação precoce de indivíduos e grupos em risco, subsidiando intervenções oportunas. No Brasil, essa prática está diretamente articulada ao Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional, responsável pelo monitoramento contínuo do estado nutricional e do consumo alimentar na Atenção Primária, fornecendo dados para o cuidado individual e para o planejamento e avaliação de políticas públicas (BRASIL, 2011, 2015).

Além disso, a triagem nutricional relaciona-se ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional, definido como o acesso regular e permanente a alimentos adequados e em quantidade suficiente. Evidências indicam que a insegurança alimentar está associada a desfechos adversos, como desnutrição, excesso de peso e doenças crônicas, especialmente em países de baixa e média renda, caracterizando a dupla carga da má nutrição (CONSEA, 2006; BLACK et al., 2013; MONTEIRO et al., 2013).

Os dados da Tabela 11 a seguir apresenta, por UESF, o acompanhamento das condições de saúde relacionadas à TRIA nos últimos 12 meses, considerando apenas indivíduos residentes em domicílios classificados em risco de insegurança alimentar, registrados no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC) nos últimos 12 meses, considerando o período até fevereiro de 2026.

Tabela 11 - Relação das UESF do município e a quantidade de indivíduos que se encontram em Insegurança Alimentar com base na TRIA.

UNIDADE DE SAÚDE	ESTRATÉGIA	QUANTIDADE POR EQUIPE	QUANTIDADE POR ESTABELECIMENTO
EAP Posto de Saúde Asst. Luis Inacio CNES: 7466196	Paragonorte INE: 2403129	50	50
EAP Posto de Saúde Piriá CNES: 2318636	Piriá INE: 403145	211	211
U E S F Caip CNES: 2615096	CAIP INE: 27936	508	754
	CAIP II INE: 2480921	246	
UESF Colônia Potirítá CNES: 4310047	Potirítá INE: 2386860	163	163

U S Colônia Do Uraim CNES: 2319055	Colônia Do Uraim INE: 27898	26	26
U E S F Cidade Nova CNES: 2615088	Cidade Nova INE: 27928	58	368
	Cidade Nova II INE: 2385252	130	
	Cidade Nova III INE: 2480832	180	
U E S F Jardim Camboatã CNES: 2334151	Jardim Camboatã INE: 27901	670	851
	Novo Camboatã INE:1659014	97	
	Selecta INE: 2402904	84	
U E S F Jardim Bela Vista CNES:2318601	Jardim Bela Vista INE:27839	380	1050
	Vila Rica INE: 1659006	670	
U E S F Laércio Cabeline CNES: 3984591	Laércio Cabeline INE: 27979	337	748
	Jardim Amazônico INE: 2375885	411	
U E S F Jardim Atlântico CNES: 2319020	Jardim Atlantico INE: 27863	380	1138
	Aragão INE: 1596373	459	
	Ouro Preto INE: 2480875	299	
U E S F Uraim II CNES: 2615118	Uraim Ine: 27952	94	795
	Centro INE: 27944	459	
	Uraim II INE: 27855	242	
U E S F Jaderlândia CNES: 2319039	Jaderlândia INE: 27871	541	1335
	Nova Conquista INE: 1588079	100	
	Jaderlândia II INE: 2480905	265	
	Jaderlândia III INE: 2480913	429	
U E S F Juscelino Kubitchek CNES: 7040709	Juscelino Kubitchek INE:28029	359	670
	Cidade Jardim INE: 1588141	79	
	Juscelino Kubitchek II INE: 2480824	232	
U E S F Promissão II CNES: 2318598	Promissão II INE: 27820	65	151
	Guanabara INE: 1658999	86	
U E S F Promissão III CNES: 5193362	Promissão INE: 1685635	469	668
	Novo Horizonte INE: 27987	137	
	Promissão III INE: 2480840	62	
U E S F Morada do Sol CNES: 6813720	Morada do Sol INE: 28002	504	1552
	Morada dos Ventos INE:2386704	562	
	Morada Verde INE: 2480883	426	
	Alto do Lago INE: 2480891	60	
UESF Delcileia M ^a	Flamboyant INE: 28010	138	138

de Aguiar Pinto CNES:7813007			
U E S F KM 11 CNES: 2318989	KM 11 INE: 27847	63	63
U E S F Enf Rosangela V Silva CNES: 3028631	PSF Nagibão INE: 27960	560	924
	Nagib Demaschi INE: 1588125	304	
	Nagibão II INE: 2480867	30	
	Santa Rosa INE: 2480859	30	

Fonte: ESUS PEC, (2026).

De acordo com dados do IBGE, o município possui aproximadamente 113.498 habitantes, enquanto o sistema PEC registra cerca de 111.000 pessoas cadastradas, o que indica elevada cobertura da Atenção Primária à Saúde e reforça a confiabilidade dos dados analisados.

A análise dos dados provenientes da Triagem de Risco de Insegurança Alimentar (TRIA), realizada com base no ano de 2025 no município de Paragominas, evidencia um contingente expressivo de indivíduos em situação de insegurança alimentar quando comparado ao total populacional estimado.

A Tabela 11 evidência a relação entre as unidades de saúde e a quantidade por estabelecimento, evidencia heterogeneidade expressiva na distribuição dos registros entre os territórios assistidos. Observa-se a coexistência de unidades com baixo quantitativo, como Assentamento Luís Inácio e Colônia do Uraim, indicando áreas de menor densidade populacional e possível predominância de características rurais, bem como a unidade KM 11, que, embora apresente baixo quantitativo, caracteriza-se como território periurbano.

Nota-se, ainda, a predominância de unidades com quantidades intermediárias na rede, o que indica territórios com uma cobertura de saúde mais equilibrada. Em contrapartida, estabelecimentos como Morada do Sol, Jaderlândia, Jardim Atlântico e Jardim Bela Vista concentram os maiores volumes, sugerindo elevada densidade populacional, maior demanda por serviços e potencial sobrecarga das equipes.

Esse cenário demonstra desigualdade territorial na distribuição da população adscrita e reforça a necessidade de planejamento diferenciado no âmbito do Sistema Único de Saúde, especialmente quanto ao dimensionamento das equipes, organização do processo de trabalho e adoção de estratégias específicas para garantir equidade no acesso e na oferta das ações de saúde.

A insegurança alimentar apresenta caráter multifatorial, estando

diretamente associada aos determinantes sociais da saúde. Entre os principais fatores relacionados, destaca-se a condição socioeconômica das famílias. A insuficiência de renda pode estar associada ao desemprego ou à inserção precária no mercado de trabalho que por sua vez constitui um dos principais elementos que limitam o acesso regular e permanente a alimentos adequados em quantidade e qualidade. Ademais, mesmo entre indivíduos ocupados, a predominância de vínculos informais ou de baixa remuneração contribui para a manutenção de situações de vulnerabilidade alimentar.

As condições de saneamento básico e infraestrutura domiciliar também configuram importantes determinantes. A ausência de abastecimento adequado de água, coleta de resíduos e esgotamento sanitário reflete contextos de desigualdade social e contribui para a ocorrência de doenças, impactando negativamente o estado nutricional da população. Além disso, a distribuição heterogênea dos casos entre as unidades de saúde sugere a existência de desigualdades territoriais, com maior concentração de insegurança alimentar em áreas periféricas, assentamentos e regiões socialmente vulneráveis.

10.2 A atuação da Vigilância Sanitária na Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável no Município de Paragominas – PA.

No Brasil, as políticas voltadas à Segurança Alimentar e Nutricional estão fundamentadas em instrumentos legais e institucionais como a Lei nº 11.346/2006, que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), bem como nas normativas sanitárias estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e demais órgãos de controle sanitário.

Nesse contexto, a Vigilância Sanitária desempenha papel estratégico na proteção da saúde coletiva, atuando no controle sanitário da produção, manipulação, armazenamento, transporte, comercialização e consumo de alimentos. Sendo assim, fundamental para garantir que os alimentos disponibilizados à população atendam aos padrões sanitários estabelecidos pela legislação vigente, prevenindo riscos à saúde pública e contribuindo para o fortalecimento das políticas municipais de segurança alimentar.

10.3 Integração com o Serviço de Inspeção Municipal (SIM)

O Serviço de Inspeção Municipal (SIM) é responsável pela inspeção e fiscalização sanitária dos produtos de origem animal produzidos no município.

No entanto, observa-se que o município ainda possui número limitado de produtores e estabelecimentos registrados junto ao SIM, o que reduz a disponibilidade de produtos inspecionados no mercado local.

A ampliação do número de produtores regularizados no SIM é estratégica para fortalecer a segurança alimentar do município, uma vez que os produtos inspecionados apresentam maior garantia de qualidade sanitária, rastreabilidade e controle de origem.

Nesse sentido, a Vigilância Sanitária pode contribuir significativamente por meio de ações de orientação técnica, fiscalização e articulação institucional, incentivando produtores locais a buscar a regularização sanitária de suas atividades.

10.4 Fortalecimento da Produção Local e Impacto na Merenda Escolar

A ampliação da produção local regularizada e a expansão do número de produtos certificados com o selo do Serviço de Inspeção Municipal podem contribuir diretamente para o fortalecimento das políticas públicas de alimentação escolar.

Programas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) incentivam a aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar e da produção local.

Entretanto, para que os alimentos possam ser adquiridos e utilizados na merenda escolar, é fundamental que atendam às exigências sanitárias estabelecidas pela legislação vigente.

Dessa forma, o aumento do número de produtores e agroindústrias registrados no Serviço de Inspeção Municipal possibilitará maior inserção dos produtos locais nos programas de alimentação escolar, garantindo alimentos mais frescos, seguros e de qualidade para os estudantes da rede municipal de ensino.

Além disso, essa estratégia contribui para o fortalecimento da economia local, geração de renda para pequenos produtores e redução da informalidade no comércio de alimentos.

10.5 Redução do Comércio Informal de Alimentos

O comércio informal de alimentos representa um desafio para as políticas de segurança alimentar e para o controle sanitário, pois muitos produtos são comercializados sem qualquer tipo de inspeção ou garantia de qualidade sanitária. A ampliação da produção regularizada e o incentivo à formalização dos produtores constituem estratégias fundamentais para reduzir gradativamente esse mercado informal.

Nesse processo, a Vigilância Sanitária atua não apenas por meio da fiscalização, mas também por meio de ações educativas e de orientação técnica, estimulando a adequação dos produtores às normas sanitárias e incentivando sua inserção nos sistemas formais de produção e comercialização de alimentos.

10.5.1 Metas e Indicadores

Meta 1 – Ampliar o número de fiscalizações sanitárias.

Indicador: número anual de inspeções realizadas.

Meta 2 – Capacitar manipuladores de alimentos.

Indicador: número de cursos e participantes capacitados.

Meta 3 – Incentivar a regularização sanitária de produtores locais.

Indicador: número de estabelecimentos registrados no SIM.

Meta 4 – Fortalecer o controle sanitário da merenda escolar.

Indicador: número de inspeções realizadas em unidades escolares.

Meta 5 – Reduzir o número de surtos de doenças transmitidas por alimentos.

Indicador: número de ocorrências registradas anualmente.

Quadro 06 - Ações Estratégicas da Vigilância Sanitária

EIXO STRATÉGICO	AÇÃO	OBJETIVO	RESPONSÁVEL	INDICADOR
Fiscalização Sanitária	Realizar inspeções periódicas em estabelecimentos que manipulam e comercializam alimentos	Garantir cumprimento das normas sanitárias	Vigilância Sanitária	Nº de inspeções realizadas
Segurança Alimentar	Monitorar a qualidade sanitária dos alimentos comercializados	Reduzir riscos de contaminação alimentar	Vigilância Sanitária	Nº de ações de monitoramento
Educação Sanitária	Promover cursos de Boas Práticas de Manipulação de Alimentos	Capacitar manipuladores e comerciantes	Vigilância Sanitária	Nº de cursos realizados
Agricultura Familiar	Orientar produtores para adequação sanitária de agroindústrias	Incentivar a produção segura	Vigilância Sanitária / Secretaria de Agricultura	Nº de produtores orientados
Fortalecimento do SIM	Incentivar produtores a buscar registro no Serviço de Inspeção Municipal	Ampliar número de produtos inspecionados	Vigilância Sanitária / SIM	Nº de estabelecimentos registrados
Merenda Escolar	Fiscalizar unidades escolares quanto às condições sanitárias da alimentação	Garantir qualidade dos alimentos servidos aos alunos	Vigilância Sanitária / Secretaria de Educação	Nº de inspeções realizadas
Controle de Riscos	Investigar surtos de Doenças Transmitidas por Alimentos (DTA)	Identificar e controlar fontes de contaminação	Vigilância Sanitária / Vigilância Epidemiológica	Nº de investigações realizadas
Comércio Informal	Fiscalizar venda de alimentos em feiras livres e comércio ambulante	Reduzir venda de alimentos sem controle sanitário	Vigilância Sanitária	Nº de fiscalizações realizadas
Educação Comunitária	Realizar palestras educativas sobre higiene alimentar	Promover conscientização da população	Vigilância Sanitária	Nº de ações educativas
Integração Institucional	Participar do Fórum Municipal de Segurança Alimentar	Fortalecer articulação entre órgãos municipais	Vigilância Sanitária	Nº de reuniões e ações conjuntas

Fonte: Vigilância Sanitária, 2026.

10.5.2 Resultados Esperados

- Ampliação do número de estabelecimentos alimentícios regularizados;
- Aumento da oferta de produtos com inspeção sanitária municipal;
- Melhoria da qualidade sanitária dos alimentos comercializados;
- Fortalecimento da produção local e da agricultura familiar;
- Redução do comércio informal de alimentos sem controle sanitário;
- Maior inserção de produtos locais na merenda escolar;
- Redução de riscos à saúde pública relacionados à alimentação

A Vigilância Sanitária por meio de ações integradas de fiscalização sanitária, educação em saúde, orientação técnica e articulação institucional, é possível fortalecer a produção local regularizada, ampliar a oferta de alimentos seguros e reduzir os riscos sanitários associados à manipulação e comercialização de alimentos.

O fortalecimento do Serviço de Inspeção Municipal e o aumento do número de produtores regularizados representam importantes avanços para o município de Paragominas, contribuindo para ampliar a oferta de produtos de qualidade, fortalecer a economia local e possibilitar maior inserção desses alimentos em programas institucionais como a alimentação escolar.

A implementação das estratégias previstas neste plano permitirá consolidar uma política municipal de segurança alimentar mais eficiente, sustentável e alinhada às diretrizes nacionais de promoção da saúde e qualidade de vida da população.

11 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLAMSANS 2026-2029

A Prefeitura Municipal de Paragominas, por meio da Câmara Intersecretarial de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (CAISAN/Paragominas), e o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (COMSEANS) são responsáveis pelo monitoramento e avaliação contínua do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (PLAMSANS) durante o quadriênio 2026–2029. Essa responsabilidade visa garantir a efetividade das políticas públicas

implementadas e o fortalecimento das ações de combate à fome, promoção da alimentação saudável e redução das desigualdades sociais no município.

A execução do PLAMSAN está comprometida com a efetivação do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e com a consolidação da soberania e segurança alimentar e nutricional. Para isso, o município utilizará uma variedade de indicadores sociais, econômicos, alimentares e nutricionais que permitirão avaliar o alcance e os impactos das ações propostas, além de identificar possíveis ajustes estratégicos ao longo da vigência do plano.

A CAISAN Municipal poderá firmar parcerias com universidades, institutos de pesquisa e entidades da sociedade civil com expertise na área, a fim de desenvolver e aplicar metodologias específicas de avaliação e aprimoramento das ações, fortalecendo a base técnica e científica do plano.

As estratégias de monitoramento e avaliação do PLAMSAN de Paragominas incluirão:

- Relatórios Intersetoriais Semestrais elaborados pela CAISAN/Paragominas, com a participação das secretarias municipais envolvidas (Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura, entre outras), consolidando as ações executadas no período;

- Reuniões técnicas semestrais da CAISAN para análise de resultados, identificação de gargalos e planejamento de ações corretivas ou complementares;

- Encaminhamento dos relatórios ao COMSEANS/Paragominas, como instrumento de prestação de contas e fortalecimento do controle social;

- Revisão do PLAMSAN a cada dois anos, possibilitando atualização de metas, indicadores e estratégias, conforme os resultados e mudanças no cenário local;

- Divulgação pública dos dados e resultados em meios acessíveis, garantindo transparência e participação social ampla.

Esse processo contínuo de acompanhamento permitirá que Paragominas avance na construção de um sistema alimentar mais justo, saudável e sustentável, assegurando que as políticas públicas de SAN estejam alinhadas às reais necessidades da população, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade.

12 CONSIDERAÇÕES FINAIS

À Alimentação Adequada é um direito fundamental de todo ser humano de ter acesso regular e permanente em quantidade e qualidade suficientes, respeitando as proporções culturais, sociais e biológicas de cada indivíduo. Sendo que a função dos órgãos responsáveis é eliminar ou minimizar as causas da Insegurança Alimentar e Nutricional (InSAN), protegendo, provendo, respeitando e promovendo o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

O Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável – PLAMSANS de Paragominas busca assegurar o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e saudável para toda a população paragominense, com foco especial aquelas em situação de vulnerabilidade, por meio da implementação de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional integradas, sustentáveis e com ampla participação social, em conformidade com os dispositivos do SISAN e com a legislação municipal vigente.

O levantamento atual desenvolvido para o Plano reforça que a insegurança alimentar no município não deve ser compreendida apenas como uma questão de disponibilidade de alimentos, mas como um fenômeno estrutural, intrinsecamente relacionado às condições socioeconômicas, educacionais, laborais e ambientais da população. Esse diagnóstico será analisado de forma organizada para posteriormente determinar as ações necessárias de combate a insegurança alimentar.

REFERÊNCIAS

ABRANDH, O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional / organizadora, Marília Leão. – Brasília: 2013. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/DHAA_SAN.pdf

AQUINO, J. R., SCHNEIDER, S. (27/04/2021). O papel da agricultura familiar na superação da crise atual. Brasil debate. Disponível: <https://brasildebate.com.br/opapel-da-agricultura-familiar-na-superacao-da-crise-atual/>. Consultado em 13/04/2026.

BLACK, Robert E. et al. Maternal and child undernutrition and overweight in low-income and middle-income countries. *The Lancet*, London, v. 382, n. 9890, p.

427-451, 2013.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Cenário das doenças crônicas não transmissíveis*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude>. Acesso em: 11 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Estratégias para o cuidado da pessoa com doença crônica: diabetes mellitus*. Brasília: Ministério da Saúde, 2013. (Cadernos de Atenção Básica, n. 36).

BRASIL. Ministério da Saúde. *Marco de referência da vigilância alimentar e nutricional na atenção básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Orientações para a coleta e análise de dados antropométricos em serviços de saúde: norma técnica do SISVAN*. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Orientações para avaliação e acompanhamento nutricional na Atenção Básica: SISVAN*. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030*. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política nacional de alimentação e nutrição*. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Política Nacional de Atenção Básica*. Brasília: Ministério da Saúde, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição. *Triagem para Risco de Insegurança Alimentar na Atenção Primária à Saúde (TRIA): guia para aplicação*. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Vigitel Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico*. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS. Lei 8.742, de 07 de dezembro de 1993, alterada pela Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 BRASIL, Mapa Estratégico para Políticas de Cidadania - MOPS. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/mops/serv-mapa.php?s=1&codigo=351630>. (acesso 06/06/2022).

BRASIL. Norma Operacional Básica - NOB. Brasília, Secretaria Nacional de Assistência Social, 10 de dezembro de 2012.

BRASIL. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município. Ministério do Desenvolvimento Social – Secretaria Nacional de Renda de Cidadania. Brasília,

2018.

BRASIL. Senado Federal. Agência Senado. **Retorno do Brasil ao Mapa da Fome da ONU preocupa senadores e estudiosos**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2022/10/retorno-do-brasil-ao-mapa-da-fome-da-onu-preocupa-senadores-e-estudiosos>. Acesso em: 15 abr 2026.

CONDE, Wolney Lisboa; MONTEIRO, Carlos Augusto. Nutrition transition and double burden of undernutrition and excess of weight in Brazil. *The American Journal of Clinical Nutrition*, Bethesda, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. *Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN): Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006*. Brasília: CONSEA, 2006.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS (FAPESPA). **Nota Técnica Pesca Paraense 2023**. Belém: FAPESPA, 2023. 34 p. Disponível em: <https://www.fapespa.pa.gov.br/wp-content/uploads/2024/02/Nota-Tecnica-Pescado-Paraense-2023-VERSAO-DE-PUBLICACAO.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2026

INSTITUTE OF MEDICINE. *Weight gain during pregnancy: reexamining the guidelines*. Washington, DC: National Academies Press, 2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Mapa de Localização – Paragominas – PA – Brasil*. Paragominas: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.spatialnode.net/projects/mapa-de-localizacao-paragominas-pa-6cf8df>. Acesso em: 7 abr. 2026.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022**. Paragominas: IBGE, 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/paragominas/panorama>. Acesso em: 13 abr. 2026.
https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?ano=2000&codigo=150550&corhomem=88C2E6&cormulher=F9C189&wmaxbarra=180.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA, SECRETARIA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil: Documento elaborado para a visita ao Brasil do Relator Especial da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas sobre Direito à Alimentação**. Brasília: 2022.

JAIME, Patrícia Constante et al. A vigilância alimentar e nutricional no Brasil: desafios e perspectivas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 27, n. 11, p. 2107-2115, 2011.

LEÃO, M. M.; RECINE, E. O Direito Humano à Alimentação Adequada. In TADDEI JÁ, LANG RMF, LONGO-SILVA G, TOLONI MHA, *Nutrição em Saúde Pública*. Rio de Janeiro: editora Rubio Ltda, 2011.

LEITE, M. L. S.; LEITE, J. F. (In)segurança alimentar e agricultura familiar: políticas públicas como estratégia de superação da fome. **R. Katálysis.**, Florianópolis, v.25, n. 3, p. 528-538, 2022.

MENDES, Eugênio Vilaça. *O cuidado das condições crônicas na atenção primária à saúde: o imperativo da consolidação da estratégia da saúde da família.* Brasília: OPAS, 2012.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO - (MDSA). Relatórios de Informações Sociais. Disponível em: Acesso em 11 de março de 2025.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. The nutrition transition in Brazil. *Public Health Nutrition*, Cambridge, v. 13, n. 1, p. 1-5, 2010.

MONTEIRO, Carlos Augusto et al. Ultra-processed products are becoming dominant in the global food system. *Obesity Reviews*, Oxford, v. 14, supl. 2, p. 21-28, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Levels and trends in child malnutrition.* Geneva: WHO, 2020.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Obesity and overweight.* Geneva: WHO, 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *Primary health care: transforming vision into action.* Geneva: WHO, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *WHO child growth standards.* Geneva: WHO, 2006.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. *World report on ageing and health.* Geneva: WHO, 2021.

PARÁ. Agência Pará de Notícias. **Notícias.** Belém: Agência Pará, 2024. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/50518/com-o-apoio-permanente-do-estado-paragominas-se-consolida-como-uma-das-cidades-mais-ricas-do-agronegocio>. Acesso em: 15 abr. 2026.

POPKIN, Barry M. The nutrition transition: an overview of world patterns. *Nutrition Reviews*, New York, v. 62, n. 7, p. S140-S143, 2004.

POPKIN, Barry M.; ADAIR, Linda S.; NG, Shu Wen. Global nutrition transition and the pandemic of obesity in developing countries. *Nutrition Reviews*, v. 70, n. 1, p. 3-21, 2012.

POSTON, Lucilla et al. Preconceptional and maternal obesity: epidemiology and health consequences. *The Lancet Diabetes & Endocrinology*, London, v. 4, n. 12, p. 1025- 1036, 2016.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. *Diretrizes da Sociedade Brasileira de Diabetes 2023-2024*. São Paulo: SBD, 2023.

STARFIELD, Barbara. *Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia*. Brasília: UNESCO; Ministério da Saúde, 2002.

VICTORA, Cesar Gomes et al. Maternal and child undernutrition: consequences for adult health and human capital. *The Lancet*, London, v. 371, n. 9609, p. 340-357, 2008.

VICTORA, Cesar Gomes et al. Revisiting maternal and child undernutrition in low- income and middle-income countries: variable progress towards an unfinished agenda. *The Lancet*, London, v. 397, n. 10282, p. 1388-1399, 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. *Global report on diabetes*. Geneva: WHO, 2016.

ANEXOS

ANEXO 1: Visitas técnicas nas escolas do município de Paragominas-PA, ano de 2025.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, (2025).

ANEXO 2: Atendimento nutricional realizados com os pais/responsáveis dos alunos.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, (2025).

ANEXO 3: Atividades educacionais realizadas pela equipe do DAE de Paragominas-PA, ano de 2025.





Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, (2025).

ANEXO 4: Participação da equipe de nutricionistas do DAE em palestras e reuniões nas escolas municipais em 2025.



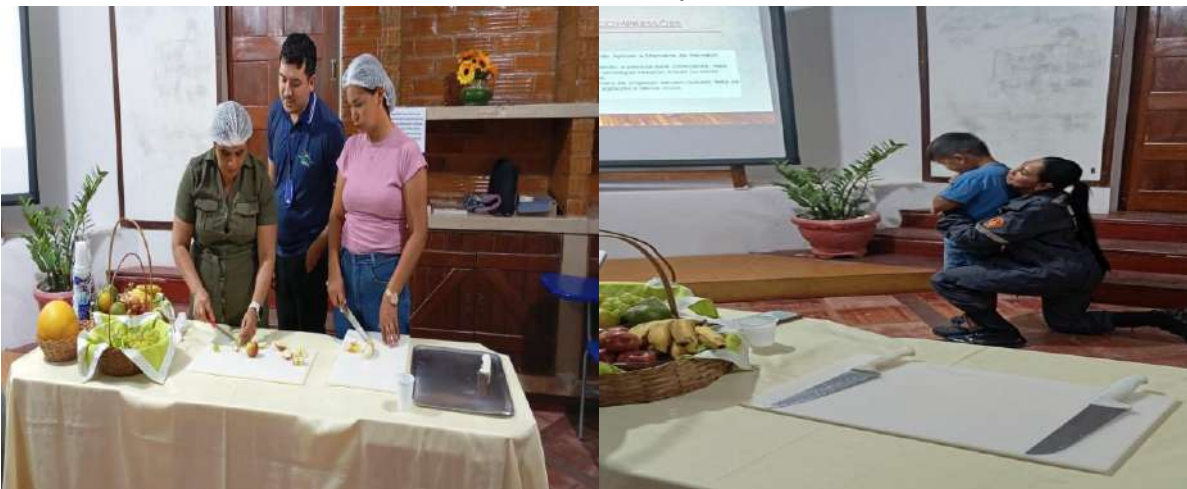
Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, (2025).

ANEXO 5: Procedimento de exames com as manipuladoras de alimento das escolas municipais.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, 2025.

ANEXO 6: Treinamento sobre engasgo para as manipuladoras de alimentos das escolas municipais.



Fonte: Secretaria Municipal de Educação - SEMEC, (2025).

ANEXO 7: Administração de Vitamina A na Zona Rural de Paragominas – Paragonorte e vacinação extra muro no bairro da cidade.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).

ANEXO 8: Reterritorialização no PEC (Prontuário Eletrônico do Cidadão) do e-SUS APS.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).

ANEXO 9: Projeto de intervenção nutricional no manejo do sobrepeso e obesidade.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).

ANEXO 10: Ação contra o tabagismo , consulta médica, vacinação e testes rápidos.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).

ANEXO 11: Pré-natal do parceiro e encontro das gestantes nas UBS.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).

ANEXO 12: Treinamento para os profissionais da UBS sobre aleitamento materno materno.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).

ANEXO 13: Atividade física nas UBS.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025)

ANEXO 14: Visita domiciliar dos profissionais da saúde.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025)

ANEXO 15: PSE – Orientação sobre a escovação, exame clínico odontológico, tratamento restaurador atraumático e aplicação de flúor.





Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).

ANEXO 16: Vigilância Sanitária – Fiscalização.



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde – SEMS - Atenção Básica, (2025).